



Anais da Assembléia

N.º 48

CURITIBA, QUARTA-FEIRA EM 29 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 42.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1985.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Adhail Sprenger Passos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Gernote Kirinus, Paulo Furiatti e Werner Wanderer (08). Achando-se em licença os Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Dirceu Manfrinato.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Curitiba, em 29 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Comunicação:

Tenho a honra de comunicar à Vossa Excelência minha filiação partidária ao PDT, partido que passo a representar nesta Casa, a partir desta data.

Sem mais nada para o momento, renovo à Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e superior consideração.

Respeitosamente.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, destaque na votação da emenda n.º 03, de terceira discussão, de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, apresentada ao Substitutivo da C.C.J., parte integrante do Projeto de Lei n.º 58/85.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ROBERTO HOFFMANN; haja vista que o mesmo foi pioneiro na Lapa, ajudando a construção e pujança deste município.

Solicitamos, ainda, que seja enviado expediente à viúva, Senhora ROSA HOFFMANN, no seguinte endereço: Av. Manoel Pedro, s/n- Lapa-Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, REQUEIRO, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JACÓ BOGUS, ocorrido em União da Vitória.

Jacó Bogus um dos mais antigos moradores de União da Vitória, comerciante, cidadão dos mais benquisto na comunidade.

Chefe de uma numerosa família, que tanto contribuiu para o progresso e o desenvolvimento daquela região.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(aa) ANIBAL KHURY

ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Ministro dos Transportes, pela iniciativa de instituir o vale-transporte para o trabalhador.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Uma das questões que mais tem despertado a inquietação social em decorrência do aumento do custo de vida comparado com o achatamento salarial, é o gasto excessivo que o trabalhador é obrigado a efetuar com transporte coletivo, absolutamente necessário ao seu deslocamento de casa ao trabalho e vice-versa.

Como de hábito, todas as autoridades que se pronunciaram a respeito reconheceram a justiça da reivindicação no sentido de uma situação mais justa. E, também como de hábito, nada se fez, jamais a respeito.

Hoje, em situações extremas, há casos de pessoas, que, para trabalhar, gastam quase metade do que ganham indo ao trabalho!

É por isso que merecem congratulações a iniciativa pioneira do Ministério dos Transportes instituindo o vale-transporte. Mostra na prática, o Governo da Nova República começando a honrar seu compromisso de resgatar, a dívida social que esta Nação acumulou desmedidamente nos últimos anos.

A medida, embora não represente a solução definitiva do problema que somente virá com a alteração estrutural do sistema de transporte coletivo urbano do País, apresenta, sem qualquer dúvida, a evidente e imediata vantagem de redistribuir a carga de responsabilidade pelo custo do transporte do trabalhador, a um só tempo possibilitando-lhe condições mais dignas de vida, e atribuindo a empresa sua empregadora uma parte do onus necessário à sua presença ao serviço.

É, sem dúvida, um grande avanço. Com passos como estes sendo dados em seguida e em consequência, os demais que se anunciam, estaremos, realmente, cada vez mais perto da tão almejada, prometida e distante justiça social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que haja a liberação de recursos de ordem financeira, a ser aplicado na construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual João XXIII- Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na municipalidade de

Mamborê.

O Colégio Estadual João XXIII desde que foi fundado tinha a promessa que, dentro de pouco tempo, ganharia uma quadra de esportes. No entanto, decorridos vários anos isto não se verificou.

Na realidade o que se constata é uma série de transtornos com relação a falta de uma cancha. E, nos dias de hoje, os estudantes daquele educandário são obrigados a realizar a prática da educação física na frente da escola ou seja, na rua.

Torna-se perfeitamente dispensável argumentar a necessidade e importância da prática de educação física em qualquer escola, como a de Mamborê.

Espera-se, portanto, o pronto atendimento ao que ora é reivindicado, atendendo não somente preocupação da Direção escolar como do conjunto do estudantado e dos professores.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Entre as reivindicações destaca-se: a elevação de todos os Detetives à 1.ª Classe de seu quadro; os agentes de 1.ª e 2.ª Classe de Detetives; os agentes de 3.ª e 4.ª Classe à 4.ª Classe de Detetive, permanecendo vaga a 2.ª Classe de Detetives; instituição para todos os efeitos legais de 30% de Verba de Representação; a exigência de 2.º Grau completo para os próximos Concursos Públicos; mudança da nomenclatura para Investigador Criminal, quando da fusão das carreiras de Agente de Segurança e Detetive.

Outrossim, solicito que seja enviado expediente no mesmo sentido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Amando Carneiro, solicitando dos mesmos

providências no sentido da criação de uma nova carreira que permita que o Empregado Juramentado possa ser classificado como Auxiliar de Cartório, iguais aos que pertencem às Varas Criminais, tendo os seus vencimentos compatíveis com as suas funções, percebendo igualmente em folhas e com os devidos descontos previdenciários, podendo ainda gozar de férias, tendo direito a quinquênio, decênio, contagem de tempo para a aposentadoria, remoções, etc.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Doutor Claus Germer, solicitando do mesmo providências no sentido da instalação de um posto da ACARPA no Município de Iguaraçu.

A medida visa melhor atender uma região que vem vivendo um crescente processo de desenvolvimento em função da produção agrícola. O posto da ACARPA permitirá que os produtores rurais de Iguaraçu possam ter mais acesso à informação e orientação técnica, o que sem dúvida refletirá na produção da região.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A cultura de café foi a base do progresso em nosso Estado e determinante da colonização do norte do Paraná.

A partir dos anos setenta, com os inúmeros incentivos dados ao plantio da soja, foi ocorrendo crescentemente a erradicação daquela cultura, levando milhares de camponeses ao desemprego ou a trabalharem como bóias-frias, sem considerarmos as milhares de famílias que abandonaram o nosso Estado e foram para São Paulo ou para a Amazônia.

Neste sentido, somando-se à reivindicação encaminhada ao Ministério da Agricultura pelo Prefeito Municipal de Maringá, Doutor Said Felício Ferreira, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pedro Simon, solicitando do mesmo providências no sentido da criação de incentivos financeiros à cafeicultura nas regiões

Norte e Noroeste e nosso Estado.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Somando-se à reivindicação encaminhada ao Ministério dos Transportes pelo Prefeito Municipal de Maringá, Doutor Said Felício Ferreira, e apoiada pela Câmara Municipal daquela cidade, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Affonso Alves de Camargo Netto, solicitando do mesmo, providências no sentido da reativação do trem de passageiros, a construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, ligando o Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso do Sul e a mudança do pátio de manobras da Rede Ferroviária Federal S.A., do centro da cidade para a estação de transbordo da ITAIPU.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Atendendo apelo da Câmara Municipal de Maringá e apoiando a reivindicação encaminhada ao Ministério da Justiça pelo Prefeito Municipal daquela cidade, Doutor Said Felício Ferreira, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Fernando Lyra, solicitando do mesmo providências no sentido da criação de uma Delegacia da Polícia Federal em Maringá.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário, seja dado ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Existe um grande interesse dos pequenos e médios proprietários agrícolas da região de Maringá em voltar a se dedicar à citricultura.

O Prefeito Municipal de Maringá,

Doutor Said Felício Ferreira, encaminhou reivindicação ao Ministério da Agricultura solicitando medidas que tragam incentivos à citricultura.

Tal fato recebeu imediato apoio por parte da Câmara Municipal daquela cidade.

Sensibilizado com isto, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pedro Simon, solicitando do mesmo providências no sentido da reativação do plantio de cítricos na região Norte do Estado do Paraná.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Marco Maciel, solicitando do mesmo providências no sentido da criação dos cursos de Medicina e de Odontologia na Universidade Estadual de Maringá.

A medida foi reivindicada naquele Ministério pelo Prefeito Municipal de Maringá, Doutor Said Felício Ferreira, e conta com o apoio da Câmara Municipal daquela cidade.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário, seja dada ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, Doutor Gilberto Garbi, solicitando do mesmo, providências no sentido da ampliação do número de terminais telefônicos do Município de Paçandu.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário, seja dada ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Paçandu.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Schwartz, solicitando do mesmo providências no sentido de que a Empresa de Ônibus Viação Garcia Ltda. coloque melhores ônibus nas linhas de maior percurso, sobretudo entre Maringá e Curitiba.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tendo em vista as obras de ampliação e reforma do prédio da Central Telefônica de Maringá e considerando a necessidade de que seja privilegiada a contratação de empresa paranaense, se possível de Maringá, para a referida obra, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Doutor José Olímpio de Paula Xavier, solicitando do mesmo providências no sentido de que seja contratada empresa local para aquela obra na cidade de Maringá.

Ainda neste sentido, solicito que seja enviada cópia deste expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a doação de um aparelho projetor de "slides" para o Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino de 1.º e 2.º grau, localizado na Municipalidade de Mariluz.

A presente solicitação é apresentada baseando-se em correspondência encaminhada por aquele conceituado e tradicional

estabelecimento de ensino de Mariluz. De acordo com a Ilustríssima Senhora Diretora, Simarli Moncalves Salek a doação de um aparelho projetor de "slides" se faz necessária. Tendo em vista que, com o regecido aparelho será possível aos professores ministrarem aulas num melhor nível, através daquele recurso didático.

Ademais, tal instrumento a ser utilizado como parte integrante das aulas, beneficiará, sem dúvida alguma, todos os estudantes regularmente matriculados, tanto os de 1.º grau Regular com habilitações de Magistério e Técnico em Contabilidade.

Por tratar-se de uma solicitação inteiramente justa, aguarda-se da FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, um pronunciamento favorável ao assunto, destinando um aparelho projetor supracitado.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando que, através da FUNDEPAR, seja construído um MURO DE ALVENARIA circundando a área ocupada pelo prédio onde funciona a Escola Estadual de Romeópolis - Ensino de 1.º grau, localizada no distrito do mesmo nome, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O livre acesso ao prédio que abriga a Escola Estadual de Romeópolis - Ensino de 1.º grau, coloca em constante risco o patrimônio da Escola, tanto que a Diretora, Professora VALCKÍRIA CARGNIN PRAVATO, preocupada com a conservação do prédio e tudo o que nela existe, dirigiu solicitação à este Deputado, expondo as razões pelas quais, necessário se faz salvaguardar os benefícios representados, não apenas pelo prédio em si, mas pelos bens em móveis e utensílios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado José Antônio Fonseca, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER de Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Doutor Antonio Carlos Magalhães, denunciando-lhe a falta de uma AGÊNCIA DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS na

cidade de Missal-Pr., e pedindo-lhe providências.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

1 - A contribuição econômica que a comunidade de Missal dá ao País, deixa no Orçamento da União, uma quota que se não fôr suficiente para o faraonismo empreendido pela Administração Federal, pelo menos, cobre com sobras, as OBRAS PÚBLICAS INDISPENSÁVEIS ao amparo dessa gente, à cargo do Governo Federal.

2 - A Agência de Correios e Telégrafos num Município do porte e da importância de Missal, dentro da Região Oeste do Paraná, é de fato, uma obra de infra-estrutura de desenvolvimento que o Governo não pode postergar sob nenhum fundamento. Porque, se ele arrecada rendas fabulosas daquele município, da qual retém toda a parcela que se deixada nas mãos do próprio povo, eles por certo a realizariam, tem a obrigação de construir as obras necessárias, ou então que diga ao povo de Missal, onde coloca os seus tributos!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, manifestando nosso apoio ao Projeto de Lei Complementar n.º 115/83, de autoria do Deputado Santinho Furtado, que assegura aposentadoria ao trabalhador rural com 60 anos de idade para o sexo masculino e de 55 anos para o sexo feminino.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

É muito importante que esta lei seja aprovada, pois ela trata de corrigir uma grave situação ora existente, que é o limite de idade de 65 anos, e a remuneração ao aposentado com apenas 50% do salário mínimo, o que consideramos ultrajante a dignidade humana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do IPE, Doutor Max Rosermann, solicitando a criação de um Posto Regional daquela instituição no Município de Jandaia do Sul.

A medida ira beneficiar toda a região do vale do Ivaí, cerca de quinze

municípios que têm em Jandaia do Sul o seu pólo de referência.

Outrossim, solicito que seja enviada cópia deste expediente aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Jandaia do Sul e ao Presidente do PMDB naquele município.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, Doutor Max Rosemann, cumprimentando-o pela implantação experimental de atendimento odontológico nos Municípios de Francisco Beltrão, Ponta Grossa, Campo Mourão e Wenceslau Braz, viabilizando o credenciamento de 500 servidores públicos.

Ao mesmo tempo, solicita que esta experiência, resposta a uma antiga aspiração dos servidores públicos do Estado, seja estendida, o mais breve possível, a todos os municípios do Paraná.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência às Câmaras Municipais de todos os Municípios do Estado.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao DETRAN, solicitando daquela autarquia providências no sentido de que os locais para a realização de exame psicotécnico sejam dotados de condições, tanto de pessoal quanto de equipamento, para a função de exames especiais aos portadores de deficiência física, como também solicita que voltem a serem realizados nas antigas CIRETRANS.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Planejamento, Doutor João Saiad, e da Fazenda, Doutor Francisco Dornelles, solicitando dos mesmos providências junto ao CONFAZ no sentido de que seja concedida isenção do IPI às Prefeituras Municipais, quando estas adquirirem veículos de que tenham necessidade.

Curitiba, quarta, em 29.05.85

A medida é semelhante ao benefício que foi concedido aos proprietários de táxis e visa permitir aos Prefeitos Municipais poderem adquirir veículos de que necessitam por menor preço.

Por outro lado, solicito que seja enviado expediente no mesmo sentido dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul no CONFAZ.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Schwartz, solicitando do mesmo providências no sentido de que seja feito o revestimento primário da estrada que liga o Município de Kaloré ao Município de Cambira.

Tal medida cresce de importância agora, no momento em que se está construindo a ponte sobre o rio Itacolmi.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência aos Senhores Vereadores das Câmaras Municipais dos dois municípios.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido da implantação do 2.º grau na Escola Luiz José dos Santos, localizada no Distrito de Pirapó, Município de Apucarana.

Outrossim, solicito que da decisão deste plenário seja dada ciência ao Professor Antonio Munhoz, Diretor da Rádio Difusora de Apucarana.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Schwartz, solicitando do mesmo a construção do trevo de acesso ao Município de Jandaia do Sul.

A medida é mais do que necessária,

pois tem sido muitos os acidentes causados pela falta do referido trevo de acesso, tanto rodoviários quanto ferroviários.

Outrossim, solicito que seja enviada cópia deste expediente aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Schwartz, solicitando revestimento primário para a estrada que liga o Município de Faxinal ao Distrito de São José.

A medida trará inúmeros benefícios àquela região, particularmente aos Municípios de Faxinal e Marilândia do Sul.

Outrossim, solicito que seja enviada cópia deste expediente aos Senhores Vereadores das Câmaras Municipais dos dois municípios.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, solicitando do mesmo estudos no sentido de que seja concedida aposentadoria aos 25 anos de serviço para as zeladoras que prestam serviço ao Estado, à exemplo do que ocorre com os professores.

Por outro lado, solicito que seja enviado expediente no mesmo sentido à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao Senhor Vereador Domingos Müller, de Astorga.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja enviado expediente ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, solicitando que no Programa de Reforma Agrária anunciado pelo Governo Federal, os títulos definitivos de posse da terra

sejam distribuídos após um determinado período de trabalho na propriedade, onde se comprove que o colono realmente desenvolveu atividades produtivas.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que realmente existe o anseio de milhões de brasileiros de trabalharem com a terra, explorando-a de forma a produzir o sustento para suas famílias. Para estes milhões de brasileiros a única solução é a reforma agrária. Mas sabemos também, por experiências verificadas em recentes distribuições de títulos de propriedades, que justamente nestes momentos aparecem aproveitadores que desejam a terra apenas com a finalidade especulativa.

Portanto, acreditamos ser fundamental para o sucesso da reforma agrária que a terra seja distribuída àqueles que irão trabalhar. Um dos critérios para ajudar a solucionar este problema é uma seleção meticulosa e cuidadosa daqueles que serão beneficiados. Mas, apenas estes critério não basta. É preciso que a prática demonstre realmente quem são-as que desejam trabalhar na terra. Para isso, sugerimos que os títulos definitivos de posse sejam concedidos aos colonos somente após um determinado período de trabalho na terra, única forma de distinguir aqueles que estão interessados em se dedicar a atividade produtiva daqueles que querem a propriedade com finalidade especulativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esporte para que, mediante a disponibilidade orçamentária, determine a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na Municipalidade de Quinta do Sol.

A Administração Municipal de Quinta do Sol não tem medido esforços no sentido de dar todo apoio à juventude, notadamente no que se refere a questão do esporte de um modo geral. Os resultados, provenientes de uma nova concepção, em termos positivos, são muitos.

Justamente objetivando ampliar ainda mais a estrutura destinada ao esporte é que, após levantamentos, a Prefeitura daquela cidade constatou a necessidade de se construir uma quadra poliesportiva coberta. Com uma praça esportiva deste porte, Quinta do Sol estará, sem dúvida alguma, criando condições de competir até

mesmo a nível regional, intensificando treinos referentes as diversas modalidades existentes.

Mas para tanto, faltam recursos. Neste sentido, a participação dessa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte torna-se indispensável, já que o Poder Público Municipal não dispõe, em suas finanças, dotação capaz de garantir a concretização da referida obra.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência objetivando que os previdenciários da Municipalidade de Peabiru voltem a ser atendidos pelo FUNRURAL daquela mesma cidade.

Nos dias de hoje, os previdenciários, ao necessitarem de auxílio médico-hospitalar, têm de fazê-lo em Campo Mourão, cidade distante a pouco mais de 15 quilômetros. Tal situação só tem acarretado diversos transtornos, principalmente em se tratando de indivíduos que são, na sua maioria, desprovidos de maiores recursos financeiros, principalmente.

A Administração Municipal de Peabiru, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Proença tem recebido muitas queixas com relação ao assunto, concordando, também, que o atendimento do FUNRURAL precisa ser revisto.

Na realidade, o FUNRURAL já atendeu, num passado não muito distante, à população de Peabiru em suas instalações daquela cidade. Portanto, o que se pede é que tais serviços retornem por mecanismos antes adotados.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar que esse Ministério intervenha em defesa do que ora é solicitado, dinamizando, acima de tudo, o FUNRURAL como um órgão capaz de, efetivamente, atender a seus assegurados.

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da

Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a construção de duas novas salas de aula no Colégio Estadual de Santo Rei, localizado no distrito de mesmo nome, pertencente a Municipalidade de Nova Cantu.

Tendo em vista o número de moradores, atualmente existente, o Distrito Administrativo de Santo Rei contou, já no ano passado, com um grande número de pedidos de matrícula. Entretanto, muitos não puderam, como não poderão frequentar os bancos escolares, exatamente pelo fato de que as vagas disponíveis não são suficientes para atender a demanda.

Neste sentido, sem dúvida alguma, a única solução cabível será mesmo a construção de duas novas salas de aula e demais dependências.

Para tanto, torna-se indispensável a participação da FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, destinando recursos para a referida obra, atendendo, deste modo, a direção daquele educandário e do Excelentíssimo Senhor Prefeito Walmick Pereira (conforme correspondência encaminhada).

Sala das Sessões, em 29/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças visando a construção de um prédio para abrigar a agência de rendas existente na Municipalidade de Juranda.

Juranda tornou-se município a exatamente três anos. Por esta condição de ser emancipada política e administrativamente há pouco tempo, as dificuldades são diversas, em decorrência da necessidade de estruturação que justifique sua condição verdadeiramente como município.

Justamente no âmbito dos organismos de atendimento ao público que se verificam as grandes dificuldades. Já que a Administração Municipal não dispõe de propriedades que poderiam ser doadas para a construção e funcionamento de diversas repartições. Conseqüentemente, a prefeitura tem que destinar todo mês de seu orçamento, recursos vultuosos para o pagamento de aluguéis.

Tal situação, naturalmente, só tem contribuído para dificultar ainda mais o cumprimento de metas destinadas ao bem-estar social do povo de Juranda, face aos poucos recursos.

No que diz respeito ao prédio da

agência de rendas a situação parece mesmo insustentável. Pois a Prefeitura daquela cidade tem gasto muito dinheiro com aluguel, conforme relata o Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, Chefe do Executivo.

Somente a construção de um prédio próprio será possível pôr fim ao referido problema. Mas para tanto, isto será concretizado se, efetivamente, essa secretaria de Estado das Finanças determinar a liberação de recursos financeiros para tal.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do assunto cuja cópia anexa a este requerimento, e que trata do tema abordado pelo Senhor NIVALDO KRÜGER, nesta Assembléia, na Sessão do dia 28 p.p..

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão nos Anais da Casa, da matéria publicada no Jornal "O Paraná", cujo exemplar encontra-se anexo, sobre a entrevista cedida ao jornalista Liones Rocha, pelo ex-Líder combatível do Partido Comunista no Brasil, Luiz Carlos Prestes.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao jornalista supracitado, de acordo com a decisão Plenária.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58/85
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art.1.º- Fica criada a Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que terá como atribuições:

I- Assessorar os Parlamentares ou Comissões, quando solicitado;

II- Desenvolver as tarefas relativas à preservação da memória do Poder Legislativo, no Paraná, tais como: a organização do arquivo histórico-crítico, sua preservação e divulgação;

III- Planejar, organizar, divulgar, criar e coordenar atividades ou eventos de caráter político-cultural, a serem realizadas no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná, podendo estender-se a qualquer área da cultura.

IV- Representar, acompanhar ou informar, os Parlamentares, sobre os eventos ou realizações dos movimentos político-culturais nascentes nas diversas regiões ou do País.

Art.2.º- A Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Paraná será formada por assessores qualificados por sua atuação artística, ou pelos estudos desenvolvidos na área da cultura.

Art.3.º- Os membros da Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa, em numero de dez, serão escolhidos pelas bancadas partidárias através da apresentação e defesa dos seus projetos, com salários equivalentes ao de técnico-senior.

Art.4.º- Os candidatos aos cargos de Assessor Cultural deverão ser indicados pelos Parlamentares, guardando-se a observância da diversidade das áreas de abrangência da cultura e a proporcionalidade representativa das bancadas.

Art.5.º- Os membros da Assessoria Cultural serão contratados em regime CLT, podendo os referidos contratos serem renovados ao início de cada legislatura.

Art.6.º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

Apoio: José Antônio Fonseca, Antônio Annibelli, Tadeu França, Erondy Silvério, Nelson Vasconcellos, Tuguio Setogutte, Antonio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

(Feita em Plenário na sessão do dia 20 de maio de 1985).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezzi)- Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Leônidas Chaves, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA- Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Sem qualquer menosprezo a outras regiões do Paraná, salta aos olhos de todos nós a evidência de que o norte-noroeste do Estado é quem dá o tom em nossa produção agrícola global, região esta que efetivamente se consolida, embora nossa produção de alimentos esteja estagnada em

termos de maior progressão há quase 10 (dez) anos, pela procedência do slogan: "Paraná - o celeiro do Brasil". É por isso que até mesmo por um dever da justiça com quem de fato produz e produz muito, o Noroeste deve deixar de lado sua histórica timidez e habitual recato, para gritar em alto e bom som, que está a espera de uma definição do Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Afonso de Camargo, em favor da ferrovia Maringá-Guaíra, cujo percurso implica em construção de apenas 190 Km de trilhos, ficando para ulterior etapa a implantação de trilhos entre Guarapuava e Guaíra, cuja distância a ser coberta por trilhos é de 443 Km.

Maringá, grande eixo polarizador de toda a região noroeste do Estado, em documento divulgado recentemente pelo Prefeito Said Ferreira, realçava que o "transporte sobre trilhos é o único meio, em terra, capaz de atender de forma econômica a transferência de grandes volumes de carga homogênea dos centros produtores aos portos de embarque ou aos grandes centros consumidores. A ferrovia Maringá-Guaíra, há anos, vinha sendo colocada como uma das prioridades ferroviárias. Ultimamente, porém, sob a alegação da falta de recursos, silenciou-se sobre o assunto. O Governador José Richa, a 23 de julho de 1983, solicitou do Ministério dos Transportes a construção desse trecho. A luta deve continuar, sem tréguas, pela sua implantação.

Nem de longe se contesta a aplicação de investimentos em outras regiões do Paraná. Tendo em vista, porém, que a premente necessidade de economia de combustível é uma das metas do Governo, a ferrovia Maringá-Guaíra deve constituir imediata prioridade, pois o consumo de combustíveis será cinco vezes menor do que é gasto nas rodovias".

A integração Paraná-Mato Grosso do Sul-Paraguai é imperativo gritante do atual momento paranaense. E conquanto justas as manifestações outras, e a verdade incontestável é que num momento de austeridade econômica e racionalização de recursos, a hora é de acionar medidas economicamente viáveis e que atendam, no complexo das necessidades globais, aquelas que são mais urgentes. E é dentro desta filosofia, que se espera venha a ser a da Nova República, que se precisa analisar a situação real de que para se concluir a ferrovia Maringá-Guaíra, resta apenas a implantação de trilhos entre CIANORTE e GUAÍRA.

Para uma visão mais clara dos diversos ângulos, além da diferença astronômica de custos para a interligação ferroviária do Porto de Paranaguá a Guaíra - via Maringá (190 Km a construir), e a interligação do mesmo Porto a Guaíra entre os dois pólos é de 21 quilômetros para menos, pela via Maringá, visualizando-se portanto, uma realidade de muito maior economia para todos nós.

A ferrovia Maringá - Guaíra, longe de ter, portanto, sustentação em ressonâncias de índole bairrista, fundamenta-se

em dados concretos que por si mesmos se impõem no cenário das prioridades, como opção de primeira hora. É por isso que a bandeirada da construção da ferrovia Maringá - Guaíra precisa ser acionada já.

Finalmente, temos a certeza de que junto com os aplausos do povo do Nordeste do Estado, haverá de fluir espontaneamente a compreensão e reconhecimento dos paranaenses de outras regiões do Estado, por sentirem e avaliarem, fundamentalmente, que mais uma vez estará sendo norteada a ação do Ministério dos Transportes pela vereda firme do bom senso e da justiça.

Obrigado, Sr. Presidente".

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Uma das questões que mais tem despertado a inquietação social em decorrência do aumento do custo de vida comparado com o achatamento salarial, é o gasto excessivo que o trabalhador é obrigado a efetuar com transporte coletivo, absolutamente necessário ao seu deslocamento de casa ao trabalho e vice-versa.

Como de hábito, todas as autoridades que se pronunciaram a respeito reconheceram a justiça da reivindicação no sentido de uma situação mais justa. E, também como de hábito, nada se fez, jamais, a respeito.

Hoje, em situações extremas, há casos de pessoas, que, para trabalhar, gastam quase metade do que ganham indo ao trabalho!

E por isso que merece congratulações a iniciativa pioneira do Ministério dos Transportes instituindo o vale-transporte. Mostra na prática, o Governo da Nova República começando a honrar seu compromisso de resgatar, a dívida social que esta Nação acumulou desmedidamente nos últimos anos.

A medida, embora não represente a solução definitiva do problema que somente virá com a alteração estrutural do sistema de transporte coletivo urbano do País, apresenta, sem qualquer dúvida, a evidente e imediata vantagem de redistribuir a carga de responsabilidade pelo custo do transporte do trabalhador, a um só tempo possibilitando-se condições mais dignas de vida, e atribuindo a empresa sua empregadora uma parte do ônus necessário à sua presença ao serviço.

É sem dúvida, um grande avanço. Com passos como este, sendo dados em seguida e em consequência, os demais que se anunciam, estaremos, realmente, cada vez mais perto da tão almejada, prometida e distante justiça social.

Esta é a justificativa, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, do requerimento que, nesta tarde, submetemos à apreciação do Plenário, dirigido ao Governo Federal - em particular ao Ministério dos Transportes - no apoio à iniciativa de instituir o vale-transporte para o trabalhador, medida que será discutida na tarde de amanhã pelos Ministros relacionados à área por convocação do Senhor Presidente José Sarney.

Creio que a manifestação de todos os segmentos da sociedade brasileira, não só no âmbito político como aqui se trata hoje na Assembléia Legislativa do Paraná, mas também acompanhando as manifestações que sindicatos e trabalhadores, associações comerciais, enfim dos vários setores que vêm se manifestando nestes últimos dias em relação à iniciativa que passa, provavelmente

a partir da próxima semana, a ser objeto de deliberação do Congresso Nacional.

É a nossa opinião, analisando detidamente o assunto das informações que recebemos e mantendo contato com os setores técnicos do Ministério dos Transportes, para tomar conhecimento em mais detalhe da proposta, e também em virtude do debate travado na cidade de Londrina, quando da visita do Ministro dos Transportes, Afonso Camargo, em que o assunto foi debatido com os sindicatos de trabalhadores e representação empresarial daquela cidade.

Fundamentado nesses dados é que posicionamo-nos favoráveis à proposta e submetemos à apreciação dos integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná com apoioamento a mesma.

Muito Obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A imprensa Nacional noticia hoje o furto de um automóvel na cidade paraguaia de Porto Stroessner, automóvel Santana apreendido pela Polícia Federal, automóvel que era de propriedade de um grande contrabandista. Este automóvel teve suas chapas substituídas, recebeu chapa fria e foi colocado pela Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu, a serviço particular do cidadão Murilo Costa, que foi ao Paraguai conversar com o General Ramirez e com o Presidente Alfredo Stroessner, para fazer altas negociatas em nome de empreiteiros do Estado do Maranhão.

O Presidente da República, José Sarney, preocupado com a repercussão deste fato, já fez uma declaração dizendo que Presidente da República não tem irmão. É natural, é óbvio. Mas, não negou que o cidadão Murilo Costa é irmão dele, José Sarney, é filho da mesma mãe, é filho do mesmo pai e estava no Paraguai num carro apreendido de um poderoso contrabandista e o irmão do Presidente do Brasil, usando as benesses da Nova República, usando seu tráfego de influência com o irmão que é Presidente do Brasil, tem ido constantemente ao Paraguai para fazer negócios.

Este fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bastante lamentável, pega muito mal para o nosso País, que está apregoando o clima de austeridade, de seriedade. E, de repente, vem a imprensa nacional noticiar que o irmão do Presidente José Sarney tem ido ao Paraguai, usando carro de contrabandista, apreendido pela polícia. E ainda mais, a Nova República que tem dito que está combatendo a mordomia, para esconder do povo a mordomia, para que ninguém veja os carros de chapa branca trafegando no Paraguai, ou nos grandes centros brasileiros, eles colocam chapas frias. Como aconteceu em Brasília com um homossexual, que telefonou para a garagem do Ministério dos Transportes dizendo que era o Chefe de Gabinete, e ficou três dias passeando em Brasília num carro chapa fria do Ministério dos Transportes.

Lamentamos, profundamente, fatos que põem em dúvida esta austeridade tão esperada pelo povo brasileiro. E lamentar também, com tristeza, que o irmão do Presidente José Sarney, com o trânsito facilitado, por ser o irmão do Presidente do Brasil, esteja indo com frequência ao Paraguai fazer negócios

em nome de empreiteiras do Maranhão. Negócios que antes ele nunca conseguiu realizar porque não era irmão do Presidente; mas agora é o irmão do inquilino do Palácio do Planalto, as portas se abrem e é tão desavergonhado, é tão abusado, que usa carro de contrabandista, com chapa fria, para poder não gastar sequer com o seu automóvel nestas viagens ao Paraguai.

O nosso repúdio, a nossa crítica. E esperamos que o Presidente José Sarney não apenas se limite a dizer que Presidente não tem irmão. Mas, que ele reconheça que este cidadão é seu irmão carnal e que ele dê um puxão de orelhas no seu irmão, para que ele não use a influência junto à Nova República fazendo negócios escusos no Paraguai.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra à Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“A Sociedade Brasileira vive um momento de grandes transformações. Após 20 anos de um regime ditatorial, onde predominaram o espírito do anti-nacionalismo, de autoritarismo e dos privilégios das elites, damos importantes passos na construção de uma Nova Nação.

A Nova República, é uma realidade, que se constrói cotidianamente, graças ao imenso esforço e resistência, do povo brasileiro, que apesar das duas décadas de opressão, não arriou as bandeiras da liberdade.

Destacaram-se nessa luta de resistência, as mulheres brasileiras.

A mulher foi o baluarte na campanha pela anistia aos presos e exilados políticos. Foi decisiva a participação feminina nas grandes greves no final da década de 70, no ABC em São Paulo, garantindo a solidariedade aos trabalhadores. Nos movimentos contra a carestia e pelas eleições diretas, demonstrou seu poder de mobilização e sua capacidade de participação.

A busca da igualdade entre homens e mulheres começa a apresentar suas reais proporções.

E as mulheres, saídas do obscurantismo, desfraldaram as bandeiras pela liberdade e independência nacional, ao mesmo tempo em que se lembraram de lutar contra sua particular condição de opressão.

Vemos ventos novos a soprar. São ventos de liberdade e participação. Participação em Sindicatos, em Partidos Políticos, em Associações diversas e também constroem suas organizações autônomas.

Sabemos de todos os cantos, notícias alvissareiras para o povo brasileiro e para as mulheres em especial.

Estamos a construir a Nova História da República do Brasil.

É com grande alegria que hoje vimos a esta tribuna trazer também boas notícias: está nascendo no Paraná o Conselho Estadual da Condição Feminina, uma das mais antigas e unitárias bandeiras dos movimentos de mulheres do Paraná.

Vejam, Senhores, como caminha a história: as mulheres de todo o mundo viram, nas duas últimas décadas, principalmente na última, o despertar da humanidade para um grave problema. Enquanto a mulher fosse mantida no cativeiro do lar, distanciada e marginalizada das grandes lutas libertárias dos povos,

mais seria adiada a vitória da democracia..

No entanto, sua marginalização levou-a a refletir sobre os seus direitos e suas prerrogativas, e hoje nós nos encontramos diante da mulher adquirindo consciência plena de seu papel, de sua função e da sua participação responsável, na vida da sociedade civil em todos os seus segmentos.

E a democracia que queremos, mais rapidamente será objeto da conquista, de homens e mulheres - juntos pois vimos assistindo os governos do mundo todo, não mais promoverem o princípio da igualdade assegurado perante a lei, mas acentuando a ênfase de conseguir a igualdade de fato.

Este despertar de consciências, que levou muitas Nações a implementarem programas emancipacionistas às mulheres, atingiu nosso País.

Não foi gratuitamente que o Líder Tancredo Neves discursava na convenção da Aliança Democrática que o lançava candidato à Presidência, que as mulheres não poderiam ficar à margem do processo político, econômico e social do País.

Concretizou suas palavras, ao anunciar em Curitiba, no Seminário Nacional da Mulher do PMDB, para mil mulheres que o assistiam nesta Casa, que o Conselho Nacional da Mulher seria criado.

Fiel ao seu desejo, o Presidente José Sarney já o instituiu, e dele fazemos parte.

Hoje, a exemplo dos Conselhos Estaduais de Minas Gerais e São Paulo, o Governo do Estado do Paraná, cria este organismo das mulheres, e também de Tancredo Neves.

O Governador José Richa nos incumbiu desta tarefa honrosa, e estamos a cumpri-la há meses, ouvindo não só as mulheres peemedebistas, mas de todos os movimentos autônomos de mulheres, todos os departamentos femininos, e todas as mulheres que se destacaram na luta pela emancipação feminina.

Esta semana estivemos com José Richa.

Tivemos a oportunidade de lhe entregar em mãos, a minuta do decreto que institui o Conselho e um grupo de trabalho para organizá-lo. E o Governador nos deixou tanquílias aos afirmar que "está na hora de a mulher, de forma organizada, participar das coisas que lhe dizem respeito". E mais, afirmou o Governador, que atuará de forma dinâmica e rápida para que o Conselho Estadual da Condição Feminina se concretize.

"Não adianta lutar isoladamente", é preciso unificar esforços, numa só bateria afirmou ainda.

Estivemos também a dialogar com a Casa Civil, recebidas pelo Deputado Euclides Scalco, de onde virão os encaminhamentos, para a efetiva criação do Conselho, e onde mais uma vez, nossa reivindicação terá a ressonância para o respaldo, da conquista de melhores condições à mulher, na promoção de medidas e ações que possibilitem o exercício pleno de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico social, político e cultural.

Nós mulheres paranaenses, consideramos estes fatos históricos na vida do nosso País e de nosso Estado, pois abrem-se canais concretos para a nossa participação.

Pensamos, ainda, que na medida em que as mulheres paranaenses, dão demonstrações reais de crescimento na sua consciência, sobre a importância de lutar lado a lado com os homens, precisam enfrentar com coragem os desafios que lhe são colocados.

O Conselho Estadual da condição feminina

do Paraná nasce não só como uma vitória das mulheres, mas, também, do espírito democrático e emancipacionista do Governador José Richa, que sabe compreender e interpretar os anseios do povo que governa.

Por isto, trazemos esta boa nova, e esperamos que os ventos a levem, carregados de nossa alegria.

Obrigada, Senhor Presidente".

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Encerrado o Grande Expediente, no horário reservado às lideranças partidárias, consulto à Liderança do PMDB se deseja usar do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Gostaria, no dia de hoje, de fazer uma avaliação aos companheiros desta Casa, sobre pronunciamentos constantes feitos na Assembléia, a respeito de mentiras do Governo José Richa, de prejuízos que o Governo José Richa tenha causado ao servidor público, principalmente neste Estado, de fatos que, na opinião de alguns, comprovam de não cumprimento do Governo José Richa, na sua proposta de adequação salarial ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Ainda recentemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia 27, o Líder da Bancada do PDS exercitou num pronunciamento seu, dados a respeito de aumentos e o custo alimentar nas passagens, na gasolina, na moradia, para tentar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, justificar que, no Estado do Paraná, não tem se dado o aumento ao funcionalismo ao nível da inflação.

Dizia mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, textualmente: "Mentiras, nada mais do que um amontoado de mentiras, que não convencem mais ninguém, muito menos o espoliado servidor, que vê seu salário corroer-se a cada reajuste que passa".

A mentira seria afirmativa do Governo do Estado, de que o aumento com despesa do pessoal tenha atingido a 1.000 por cento, ou tenha tido um crescimento de 11 vezes.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nas alegações e nas colocações, pinça-se aqui algumas categorias de funcionários, que eventualmente não têm tido seus vencimentos corrigidos à altura de 1.000 por cento. Pinça-se algumas categorias que tenham ficado abaixo dos índices máximos que houveram, como por exemplo, os 1.228 por cento que subiu a alimentação em Curitiba.

Esquece-se, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o Governo do Estado do Paraná, quando fala num aumento de 1.000 por cento de 11 vezes na sua folha ao funcionalismo público deste Estado, refere-se ao contexto global da despesa "funcionário público". Eventualmente, algumas categorias com menos. Mas, que, pinçadas no meio, não representa o conteúdo global do aumento dado ao trabalhador do Estado do Paraná, ao trabalhador servidor público deste Estado.

Faria aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para justificar a afirmativa na resposta ao pronunciamento feito pela Liderança do PDS, que as categorias de trabalhadores do Paraná foram amplamente contempladas no atual Governo José Richa. Talvez, na história deste Estado, mais recente, poucos governos se encontre que tenha tratado com tanto zelo, com tanto carinho, com tanta vontade de recuperar o perdido do trabalhador público, do que exatamente o

governo democrático de José Richa.

Senão vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no contexto global da afirmativa de um aumento de onze vezes na folha, na despesa orçamentária com o pessoal do Estado, nos mil por cento citados, estão benefícios, como a concessão da gratificação especial, gratificação de natal, que atingiu todos os funcionários estatutários ativos, inclusive os inativos, numa quantidade de 92 mil servidores.

A gratificação de Natal, também chamada décimo terceiro salário, foi instituída pela Lei nº 4.090, somente para o pessoal CLT, o funcionalismo estadual, do regime estatutário não era contemplado com tal benefício, foi neste Governo que passou a ser contemplado 92 mil funcionários.

Os reajustes semestrais, os funcionários estatutários, ativos, inativos, servidores celetistas, num total de 115 mil servidores. A semestralidade foi instituída pela Lei nº 6.708, de 1979, para o pessoal CLT, excluindo no Artigo 20, os servidores da União, dos territórios, dos Estados e dos municípios. E hoje, o Paraná paga a semestralidade. As onze vezes de aumento tem reflexo direto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela concessão de onze referências diagonais por tempo de serviço. Professores sem habilitação, professores regionalistas, que foram atendidos na quantidade de novecentos. Foi a incorporação da gratificação de regência de classe aos proventos da inatividade, professores de primeira à quarta série do primeiro grau, aposentados que tenham percebido a gratificação de regência de classe durante três anos letivos consecutivos.

Esse aumento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deu-se pela revisão de vencimentos com ascensão de 55 por cento acima do índice geral aos professores do ensino superior. Vê-se pelo desachatamento das tabelas salariais, todos os servidores estaduais da administração direta e autárquica, que as tabelas salariais que se achavam comprimidas há mais de dez anos, em conseqüências dos níveis iniciais estarem atrelados ao salário-mínimo regional, cujo reajuste semestral tem sido sempre ligeiramente maior do que o percentual do INPC.

As onze vezes que houve aumentos da despesa com o pessoal do Estado estão diretamente ligados ao enquadramento dos motoristas policiais como agentes de segurança, que a Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, está ligado diretamente o aumento de gratificação da verba de representação de Delegados de polícias, procuradores e advogados, auditores de procuradores do Tribunal de Contas. Da alteração da lei do Quadro Próprio do CRE. Está ligado o aumento de mil por cento, à concessão de gratificação de produtividade para os psicólogos e assistentes de engenharia. Somente estas duas categorias habilitadas ao nível de terceiro grau não eram contempladas com a gratificação de produtividade. A melhoria de proventos de policiais militares reformados, que atingia dez mil policiais, que deram a vida pela segurança deste Estado, e na aposentadoria não havia melhoria, revisão dos seus proventos. Deu-se pela ascensão funcional, funcionários estatutários da administração direta e autárquica que participaram da programação e do processo de ascensão funcional, atingindo três mil seiscentos e quarenta e nove funcionários. Deu-se pelo descongelamento de aulas suplementares, professores aposentados que tinham ministrado aulas suplementares, e pela revisão dos proventos de inatividade. Deu-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo pagamento de regência de classe a professores de ensino supletivo, professores de ensino supletivo fase um, atingindo 383 professores; pela atribuição de gratificação de representação de gabinete à chefe de núcleo regional da Secretaria da Educação, a inspetores estaduais da Educação, com um só padrão e expediente integral. Deu-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo enquadramento da tabela de 30 horas, para a tabela de 40 horas, com um aumento

de 33,33 por cento aos dentistas e farmacêuticos; deu-se pela reabertura do prazo para contagem de férias em dobro; deu-se pela implantação da gratificação de representação de gabinete; deu-se pela concessão de gratificação adicional; e assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderíamos continuar enumerando, atos que comprovam o cuidado, zelo, carinho, com que o Governador José Richa, tem tratado do servidor público deste Estado. Atos que têm mostrado a recuperação, senão total, senão o que se quer, mas, a possível em favor do trabalhador.

E muitos e muitos vêm aqui nesta Casa, quando eu disse certa vez, sem a procuração para falar em nome da classe, não me referia à procuração política que o mandato parlamentar delega a qualquer parlamentar. Mas, de representar verdadeiramente o anseio de uma classe, que tem demonstrado a cada instante, o reconhecimento a um Governo que cuidou com o maior carinho daqueles que são responsáveis pela gerência da máquina administrativa deste Estado.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o trabalhador público recebia, como trabalhador das empresas, 80 por cento do INPC expurgado, não foi o nosso Partido, e não foram as nossas administrações que criaram. Nós, no primeiro ano de Governo pagamos o 100 por cento do INPC, quando o próprio Governo Federal de então, pagou apenas 80 por cento para os seus funcionários.

Se a gasolina subiu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em índices insuportáveis, para a vida nacional, não foi a política administrativa do nosso Partido que gerou índices absurdos como esse, a tal ponto, que a Nova República contestada ou não, por muitos, até o presente momento congelou o aumento da gasolina. Se o custo de vida subiu, Sr. Presidente, Srs. Deputados defasando o vencimento do trabalhador brasileiro, não foi a política participativa e democrática do nosso Partido que fez com que a inflação chegasse a índices insuportáveis nessa Nação. Dois anos, dois meses, e um novo Governo nos prova que é possível frear a inflação, pois tivemos aproximadamente a média de 7 por cento nesses dois meses, quando anteriormente nós vivíamos um clima de 12, 14, 15, 16.

Então, acusar o Governo do Estado pela defasagem do trabalhador, pela perda salarial real, num custo de vida que não podemos segurar, porque faz parte da política nacional adotada pela Velha República é muito cômodo, no entanto, responder pelos atos de todo este tempo descabido, de uma política econômica desastrosa, que enterrou a vida dessa Nação, que fez o brasileiro, mais pobre, que fez o trabalhador mais carente, que viu o seu salário diminuído, responder pela sustentação desse Regime, que infelicitou a vida da Nação, não se sustenta.

Volta-se, hoje, mudando a linguagem, tentando acusar o Governo que tem procurado cumprir as suas metas, de ser o grande responsável pela defasagem do trabalhador. Esquecendo-se, inclusive, inclusive, nessas próprias pregações, que administrar o Estado do Paraná, não significa simplesmente aumento a mais do que a possibilidade do Tesouro do Estado do trabalhador público; mas, administrar, gerir com seriedade o contexto geral da vida do paranaense, que vai desde o bóia-fria, ao homem sem terra, ao trabalhador da Indústria e do Comércio, ao servidor público, seja ele de igual categoria.

Qualquer ato, qualquer acusação pode ser perfeitamente analisada exatamente neste quadro que estivemos apresentando.

Os benefícios dados ao servidor público do Paraná, nos dois anos de Governo José Richa, a participação constante do Governo, na tentativa de recuperar o poder constante do Governo na tentativa de recuperar o poder aquisitivo do seu trabalhador, mas estão aqui enumerados também, e nós sabemos que essas categorias sabem do esforço supremo do Governo para tentar dar a cada um deles, uma reposição salarial, e quando se fala em reposição salarial é bom lembrar que a recuperação ...

do salário perdido em todo esse passado nebuloso da vida nacional, que cabe à nova esfera de Governo de hoje recuperar o por certo não poderá fazer num ano, aquilo que gastou-se 20 anos para tirar da possibilidade do trabalhador.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que não poderemos é tentar pensar dados de algumas categorias que, por ventura não tenham acompanhado o índice do aumento da alimentação que não somos nós que fizemos, nós que inflacionamos, que não podemos responder por ele, porque exatamente o fruto da política desastrosa que essa Nação viveu e que hoje cobra-se do Estado, do Município, do trabalhador, da dona de casa, a possibilidade de tentar um enxugamento da sua despesa, na diminuição da sua capacidade de compra, fazer frente a esse descalabro administrativo na economia nacional.

O Sr. Odeni Mongruel - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Caíto Quintana, inicialmente quero dizer que compreendo o papel que cabe ao ilustre Deputado, na condição de Líder do Partido do Governo, trazer as justificativas do Governo face a essas críticas que são colocadas em razão do não atendimento das promessas de campanha, dentro da plenitude que foi apresentada na campanha de 1982.

Nós sabemos perfeitamente que os homens são como as rãs, querem o rei, e que neste momento mais do que nunca, quando se esperava que a consolidação das esperanças, digo, das lideranças fossem nacionais como foi o caso do Presidente Tancredo Neves, muitas vezes é a liderança carismática que acaba prevalecendo, e as criaturas humanas não são diferentes entre si: entre o João que chora e o João que ri, eles preferem sempre o João que ri. E, como Vossa Excelência dispõe de um farto material, está manipulando informações, e tem por isto, a possibilidade que muitas vezes, o Legislativo por inteiro não possui, de conhecer a realidade econômico-financeiro do Estado e seu devido tempo, eu gostaria que Vossa Excelência me respondesse as seguintes questões: se é que Vossa Excelência teria possibilidade de fazê-lo nesse instante com as informações que dispõe nesse relatório: quanto à relação do crescimento da receita estadual no período e o crescimento das despesas com pessoal também no período, pertinente à administração José Richa: que Vossa Excelência nos dissesse a propóstio dessa necessidade que o servidor público estadual vem reivindicando e que nós temos canalizado nesta Assembléia Legislativa, no sentido de que seja efetivamente institucionalizada as atenções quanto a correção semestral, o 13.^o salário, e que Vossa

Excelência, que se referiu à reposição salarial, nos contasse, efetivamente, se ela já começou a acontecer no atual período de Governo e, em caso negativo, quais foram as dificuldades vividas pelo Governo, pelo Tesouro, que impediram até o presente momento, a iniciação do cumprimento desse compromisso e que se refere à recomposição do salário do servidor público estadual.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Odeni Mongruel, inicialmente, eu digo a Vossa Excelência que não estamos manipulando dados. Estamos fornecendo dados...

O Sr. Odeni Mongruel — Se Vossa Excelência me permite, eu usei no sentido figurado, que Vossa Excelência está trabalhando com uma folha de papel na mão. Entenda, no sentido figurado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Perfeito. Proponho passar para Vossa Excelência esse documento que relata fiel, os benefícios dados ao servidor público do Estado do Paraná, no Governo Richa; as categorias que foram beneficiadas, o número de pessoas, a avaliação inclusive com as leis federais.

Na segunda pergunta de Vossa Excelência com respeito ao aumento da Receita e da Despesa, evidentemente, nobre Deputado, não poderia dá-lo, de cabeça, os números da evolução orçamentária do Estado do Paraná, mas, lhe dou o número que interessa nesta discussão que estamos travando, o que efetivamente aumentou, ao servidor público do Paraná — aumentou em onze vezes, essa despesa, sem aumentar o número de servidores. Isto, cria reflexo direto, no aumento do rendimento do trabalhador; se aumentou a despesa, a receita do Governo do Estado se caminhou na possibilidade de suportar os benefícios que, nós mesmo reconhecemos e o Governador José Richa reconhece, não é o ideal, é o possível, foi, pela competência, da Administração Pública do Governo Richa, foi, pela probidade, foi, pelo corte dos gastos de Despesa, que eu faço questão de trazer a este Parlamento, num próximo pronunciamento mostrando órgão por órgão pois que também somos acusados de aumentos de despesas extraordinárias, mostrar a redução, o porque da possibilidade deste Estado estar com condições de gerir a si só.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para encerrar:

Necessitamos, como homens públicos, de um novo tempo, de um pluripartidarismo, de uma tentativa de encontrarmos, juntos, caminhos para a Nação brasileira, avaliarmos, no contexto geral, os erros e os acertos praticados pelos homens públicos, não, pinçando fatos isolados, mas reconhecendo o soberbo esforço que se faz no Estado do Paraná, para poder aquinhoar o seu trabalhador, de melhores condições, condições aliás que nos falam — com orgulho — de sermos um dos Estados que melhor tem tratado o seu servidor entre muitos e muitos dos Estados da Nação, ainda, onde o trabalhador público está lutando pelo direito da semestralidade, está lutando pelo 13.^o e nós aqui, já temos, no 1.^o ano do Governo democrático, participativo, sério e construtivo, do Governador José Richa!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Squarezi) A Mesa consulta a Liderança do Partido da Frente Liberal, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado?

(Declina).

A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado?

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos, a partir de hoje, iniciar alguns pronunciamentos, desta tribuna, no sentido de abordarmos o assunto paripitante do momento e que diz respeito à reforma, alteração, modificação da Constituição Federal.

(Lê):

"O jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição de 2/4/85, sob o título "A Crise Institucional", ao referir-se à Nova Constituição diz que: "Há que passar a limpo o Brasil. Isso acontecerá quando se edificar o regime delineado por uma Constituição afeiçoada à índole do povo, adequada ao estágio de desenvolvimento econômico-social do País, livremente debatida, votada sem pressão de prazos

exíguos e datas prefixadas". Prosseguindo diz ainda: "Cumprir organizar a liberdade, disciplinar a economia, balizar atividade democrática, respeitar o Estado na opção pela Federação, aperfeiçoar a forma republicana de governo". Concluindo consagra que: "Em outras palavras, reduzir a contradição existente entre o País real e o País legal".

Espera-se portanto que a Nova Constituição, seja o documento legislativo, superior aos demais, e, que, estabeleça as relações entre o indivíduo, a sociedade e o Estado, definindo condições desejáveis de convívio nacional.

E agora é justamente o momento, em que essa Carta Magna do País, deverá ser revista e renovada por vontade manifesta da Nação, através da Assembléia Nacional Constituinte.

A História do Brasil nos revela que os momentos constitucionalistas, devido à ruptura entre a Autoridade e o Poder, determinaram o reestabelecimento de uma nova ordem jurídica do Estado.

Portanto, sem prévia ruptura de ordem, não ocorreu Constituinte em nossa história. Assim não houve, até agora, Constituinte no País que se implantasse durante situação corrente de normalidade institucional, com o Legislativo em livre e perfeito funcionamento.

Nesse aspecto, portanto, a Nova Constituição começa se revestindo de certa originalidade.

Porém, sem qualquer sentido pejorativo, à futura Constituinte, tem-se a impressão que o brasileiro caminha de costas, olhando para o passado. Essa impressão se fortalece principalmente agora, nestes três ou quatro últimos anos, quando se aboliu a censura e se começou a discutir intensamente sobre tudo e ao vivo pelas cadeias de televisão.

Acredito que nunca se falou tanto sobre tantos problemas, por tantas pessoas, como acredito que tanto se faz para tão pouco em termos de resultados, de encontros de idéias ou de fórmulas para equacionar os nossos problemas brasileiros. Tão intenso passou a ser o debate que passamos a correr o risco da intoxicação informática, tal a quantidade de enfoques, dados, análises, observações, proposições, sugestões, enfim tudo sobre a hora e a realidade nacionais.

Disse que o brasileiro parece caminhar de costas, olhando para o passado; com isso, não atendendo o futuro.

Nesses debates todos que se tem travado em torno do assunto, nas bibliografias existentes, nas montanhas de matérias publicadas em jornais e revistas, quase que diariamente, o que se observa é que muito se fala sobre como foi, e não como será.

É isto o que ocorre. Quase só se fala como foi a Constituição de 1824, como ela foi feita, quais as circunstâncias existentes na época e assim por diante, o mesmo acontecendo com as de 1891, a de 34, a de 37, a de 46 e a de 67 e do Ato Institucional de 69, que outorgou Carta Constitucional Brasileira.

Aí se pode saber de tudo, como se pode saber como era na Grécia e Roma antigas a organização política e social daqueles povos, e não só daqueles como de todos os demais, por mais remotos que sejam. Como também se pode conhecer as circunstâncias e os interesses que conduziram a Magna Carta no tempo do João Sem terra, que se diz ser a origem das atuais formas de poder de representação e dos legislativos atuais.

O que se vê ou se ouve falar é que a nossa Constituição precisa ser mudada, é que essa mudança deve ser feita por uma Assembléia Nacional Constituinte, dizem uns, ou por um Congresso Constituinte, dizem outros.

É preciso mudar a Constituição! Isso parece que dizem

todos.

É o povo quem deve decidir sobre o seu destino, decidir sobre que leis, e que lei maior, vai mudar a sua vida, o seu modo de organizar-se em sociedade e em estado. Mas o povo hoje, pelo tamanho da população, não pode reunir-se numa praça pública para discutir, trocar idéias, e decidir. Ele tem que fazer isso por meio de pessoas que escolhe para representá-lo nessa tarefa.

Mas como se processa essa escolha. Por eleição, nos moldes vigentes? É sabido que o processo eleitoral sofre influências do poder econômico, ou influências de setores organizados da sociedade. Assim, um candidato que disponha de mais recursos para enfrentar uma campanha eleitoral conta sempre com mais possibilidade de ser eleito e ele está condicionado aos seus interesses e aos interesses do grupo que o apóia.

O povo, pela formação cultural, pelo baixo nível de instrução e de conhecimento, este não sabe bem o que é melhor, qual o tipo de lei maior que deve regular as suas vidas.

E isto se observou agora no advento da Nova República. Um dos primeiros atos é a designação de uma comissão para estudar e propor um esboço de constituição, uma espécie de roteiro para que seja debatido depois na Assembléia Nacional eleita para esse fim.

A grande preocupação primeira é quanto a quem caberá a tarefa de alterar a Carta ou elaborar uma inteiramente nova.

Em segundo lugar, a preocupação é em relação ao que deve ser mudado, já que tanto se fala na necessidade de se alterar a atual Constituição.

Aí a coisa se torna mais imprecisa, tudo fica muito vago. Quase a única coisa de que se ouve falar é que é preciso eliminar a introdução da atual Carta, aquele texto introdutório que se refere a junta militar que governou excepcionalmente o país.

É quase só isso o que se tem falado em alteração da Carta. É óbvio. Agora quanto aos demais pontos a coisa já não fica tão óbvia assim, e isso me leva a lamentar a precariedade do nosso amadurecimento político e cultural.

A gente dá uma olhada na nossa Constituição e começa a fazer algumas reflexões: Quem veio em primeiro, o homem ou o Estado, ou, de outra forma, o Estado prevaleceu sobre o indivíduo ou os termos da equação são ao inverso?

O nosso texto constitucional é, com certeza uma cópia com adaptações a textos de outros países, sem com isso querer desmerecer a capacidade jurídica dos homens que ao longo desse tempo todo têm tido a incumbência de redigir a Carta Constitucional.

Eu não sei se é possível, mas creio que uma Constituição deveria começar falando no indivíduo, no cidadão, nas pessoas, enfim, nos seus direitos, e nas suas obrigações. A impressão que se tem é que as Cartas Constitucionais voltam-se mais para o Estado, o Estado compreendido como a sociedade organizada politicamente.

Isto, me parece, já é um motivo para muita reflexão. A nossa carta começa falando na organização do Brasil em República Federativa, e faz uma pequena menção ao poder que emana do povo.

Mas voltando ao que é óbvio de ser mudado.

Diz-se que a nossa Constituição é uma colcha de retalhos, pela inúmeras emendas que se foram incorporando a ela; que é muito detalhista e que é imprecisa em muitos pontos. Veja-se por exemplo — e exemplo esse recente — a dúvida suscitada agora quanto à sucessão à Presidência da República em razão do falecimento do ex-Presidente

Tancredo Neves. O fato é que houve a necessidade de se chamar profundos conhecedores, os estudiosos da matéria, para dirimir uma dúvida.

O que acredito seja fundamental é que uma Constituição não pode suscitar qualquer espécie de dúvida. Ela tem que ser clara, concisa e precisa.

Pretende-se, pois, mexer na Constituição. Pois bem. Mas por quê? Como? Onde? E quem mexe? Como evitar os condicionamentos que poderão ser impostos pela imitação de modelos de Constituição já consagrados? De que forma atenuar para que o texto não seja elaborado de maneira excessivamente apegada às circunstâncias do momento?

São essas algumas questões iniciais que me parecem importantes. Claro está que conhecer amplamente a evolução das instituições, a evolução das sociedades, é também importante para orientar o pensamento, para balizar o comportamento, enfim para colher-se experiências.

Mas realmente o que deve importar é o amanhã, o que é ideal em termos de lei para regular a vida de uma sociedade e de um Estado que em nada se assemelha com as circunstâncias de vinte ou trinta ou mais anos passados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o vir a ser o que importa, qual a melhor maneira de se organizar as coisas para o perfeito funcionamento da sociedade, do Estado, das instituições, para se assegurar efetivamente os direitos fundamentais e inalienáveis das pessoas.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em última instância o que importa mesmo é o indivíduo. Lógico que o indivíduo depende do Estado, depende da organização política e social, da organização econômica, depende de organização, depende de um aparato institucional que assegure os seus direitos.

Trago esta contribuição inicial como forma de suscitar questões que vejo como da maior relevância para, neste plenário, discutirmos sobre elas e, por certo, encontrarmos desejáveis contribuições que a Assembléia Legislativa do Paraná emprestará ao aperfeiçoamento democrático deste País no que se refere à elaboração da nova Carta Constitucional.

Muito obrigado. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, comunicando sua filiação partidária ao PDT, Partido que passa a representar nesta Casa, a partir desta data. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, talvez me antecipando ao momento da votação dos nossos requerimentos de convocação do Senhor Secretário da Cultura e Esporte, gostaríamos de, baseado em compromisso verbal, assumido pela Liderança da Bancada do Governo, Deputado Caíto Quintana, de retirarmos, "sine die", este requerimento que está na pauta do dia para apreciação e votação. Isto na esperança de que o Líder do Governo consiga para nós, e a Bancada do PMDB, uma audiência com o Senhor

Curitiba, quarta, em 29.05.85

Governador, para que possamos nos aprofundar dentro do partido, na questão da Secretaria de Cultura do Paraná.

Então, na credibilidade que nos merece o Líder da Bancada e do Governo, retiramos "sine die" este requerimento, para posterior debate com o Senhor Governador do Estado, sem prejuízo de voltarmos a apresentá-lo, se entendermos assim oportuno e necessário. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere o presente requerimento do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado e fará chegar às suas mãos o objeto do pedido ora apresentado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, para que compareça perante o Plenário deste Poder, em dia e hora que serão fixados conforme o Regimento Interno desta Assembléia, a fim de prestar declarações sobre as razões da exoneração de Oraci Gemba do cargo de Superintendente da Fundação Teatro Guaíra. **Prejudicado, face a retirada do requerimento.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 58/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 88/85), que objetiva fixar normas legais pertinentes a isenção tributária e outras vantagens fiscais às microempresas, bem como alterar dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM). Com PARECER FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando destaque de emenda n.º 03, de 3ª Discussão, de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, apresentada ao Substitutivo da C.C.J., parte integrante do Projeto de Lei n.º 58/85.

Está em votação o requerimento.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) - Solicitaria que Vossa Excelência determinasse à Secretária que lesse o teor dessa Emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - O Senhor 1.º Secretário têm o mesmo teor, as quatro emendas pretendem atingir ao mesmo objetivo e não existe razão para se votar em destaque a emenda do Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Está em votação o requerimento do nobre Deputado Caíto Quintana, que pede destaque à Emenda n.º 3 **(Aprovado).**

O SR. IVAN GUBERT - Gostaria que fosse registrado meu voto contra.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - A Mesa registra o voto do nobre Deputado Ivan Gubert.

Está em votação a emenda pontificativa ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça. **(Aprovado).**

Face ao resultado de aprovação dessa emenda, conseqüentemente, as demais ficam prejudicadas.

Emenda n.º 5 de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César. **(Aprovado).**

O projeto portanto irá à REDAÇÃO FINAL com as emendas aprovadas.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 327/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

DE IRMÃOS LOPES" - AFIL, com sede e foro no Município de Londrina. (Aprovado).

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI n.º 327/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE IRMÃOS LOPES - AFIL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

TADEU FRANÇA - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 366/84, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Rio Azul, uma área de terras, medindo aproximadamente 14.172,00m², situado no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no Município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, conforme específica. **Aprovado.**

providenciará a leitura.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Emenda modificativa ao Substitutivo

Geral da Comissão de Constituição e Justiça. No parágrafo 1.º. Artigo 2.º, onde se lê mês anterior do ano anterior, leia-se mês de janeiro de cada ano.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Está em votação. A Mesa esclarece que o objetivo do presente requerimento, ao pedir destaque, é se votada favoravelmente a emenda do Deputado Adhail Sprenger Passos, as outras três emendas que tratam do mesmo assunto altamente ficam prejudicadas.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendo que as quatro emendas ontem quando foram votadas em 3.ª Discussão, inclusive foram votadas em bloco, exatamente porque o teor era o mesmo. E não consigo entender o porquê da posição do Líder da Bancada do PMDB, ao pretender que a emenda do Deputado Adhail Sprenger Passos seja votada, somente ela. De vez que deveria ser votada na ordem em que foi dada - entrada na Mesa. Existem as emendas n.º 1, n.º 2, n.º 3 e n.º 4. E gostaria até de saber o porquê disto, de vez que só deve ser por um problema político. As quatro emendas

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 366/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Rio Azul, uma área de terras, medindo aproximadamente 14.172,00m², situada no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da transcrição n.º 8.313, no Livro 3/H, fls. 53, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Rebouças.

Art. 2.º - A presente doação destina-se à implantação de um Centro Turístico no Município.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

TADEU FRANÇA - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 386/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO

EXCEPCIONAL" - APAE, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 386/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAL - APAE", com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

TADEU FRANÇA - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 01/85, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FÊNIX", com sede e foro no município de Fênix. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 01/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FÊNIX", com sede e foro no município de Fênix.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

TADEU FRANÇA - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 04/85, que denomina "RODOVIA PEDRO BAGGIO", a atual Rodovia PR-525, que liga o município de São Sebastião da Amoreira à BR-369. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 04/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada de RODOVIA PEDRO BAGGIO, a atual Rodovia PR-525, que liga o município de São Sebastião da Amoreira à BR-369.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

TADEU FRANÇA - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 06/85, que declara de utilidade pública a "UMBANDA" ALPHA ÔMEGA DO PARANÁ - CONFEDERAÇÃO, com sede nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 06/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a

“UMBANDA - ALPHA ÔMEGA DO PARANÁ CONFEDERAÇÃO”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

HOMERO OGUIDO - Presidente

TADEU FRANÇA - Relator

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 27/85, (Mensagem nº 21/85 - ex-Proposição nº 23/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, a SUDESUL, a ELETROSUL e o município de Guaíra, visando implantação de uma Unidade Técnica de Planejamento com objetivo de assessorar ao Chefe do Executivo Municipal na gestão do desenvolvimento Urbano. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do projeto de Resolução nº 28/85, (Mensagem nº 23/85 - ex-Proposição nº 26/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 22/11/84, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 29/85, (Mensagem nº 27/85 - ex-Proposição nº 30/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 20/11/84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Terra Boa, visando colaboração técnico-financeira a fim de possibilitar ao referido Município, a formação de um viveiro de mudas de café. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 30/85, (Mensagem nº 28/85 - ex-Proposição nº 31/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 04/12/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e a FINEP, com interveniência do CNPQ, objetivando elaboração do II Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 31/85, (Mensagem nº 29/85 - ex-Proposição nº 32/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Revigoramento e Retificação, de 19/10/84 ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 05/01/84, através da Secretaria do Planejamento e o município de Guaíra, com interveniência da SUDESUL, objetivando execução de obras de controle sanitário. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 32/85, (Mensagem nº 32/85 - ex-Proposição nº 37/85), oriundo do

Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, de 16/08/84, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 33/85, (Mensagem nº 33/85 - ex-Proposição nº 38/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 34/85, (Mensagem nº 34/85 - ex-Proposição nº 39/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Re-Ratificação de 31/10/84, aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica com interveniência da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 35/85, (Mensagem nº 36/85 - ex-Proposição nº 41/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 36/85, (Mensagem nº 38/85 - ex-Proposição nº 43/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios, Termos de Revigoramento e Aditamentos, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e Comércio, com as partes, objetivos e datas conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 37/85, (Mensagem nº 40/85 - ex-Proposição nº 45/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos referidos Municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 38/85, (Mensagem nº 45/85 - ex-Proposição nº 50/85), oriundo do

Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 57/85, de autoria dos Deputados SABINO CAMPOS e GERNOTE KIRINUS, dando ao município de São José, a denominação de São José das Palmeiras. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 57/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Município de São José, criado pela Lei nº 8.075 de 17/04/85, passa a denominar-se SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(aa) GERNOTE KIRINUS e SABINO CAMPOS

Apoiamento: Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A mudança de nome que se propõe para a denominação do recém-criado município de São José, para São José das Palmeiras, vem ratificar a aspiração da sua população e retornando para a antiga denominação do Distrito.

Tal mudança também servirá para evitar o problema da coincidência de nomes com municípios já existentes em outros Estados.

O município de São José, criado pela Lei nº 8.075 ainda não teve efetivada a sua instalação, razão pela qual deixamos de anexar ao processo a documentação exigida pela Lei Complementar nº 02 - Lei Orgânica dos Municípios.

Queremos, ainda, salientar que, com a denominação de São José, já existe município no vizinho estado de Santa Catarina.

Estas são as razões da apresentação do presente plano de lei que temos a certeza receberá o total apoio e aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 57/85

PARECER

Os nobres Deputados Sabino Campos e Gernote Kirinus propõem através do presente Projeto de Lei nova denominação ao recém-criado Município de São José, em lugar de São José das Palmeiras, antiga denominação do Distrito que originou o novo Município.

Justifica a medida com a anuência da população e que já existindo no Estado de Santa Catarina, um município com o mesmo nome, convém não só evitar confusão como também cumprir norma federal.

As exigências da Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973, para essa modificação, não se aplicam à hipótese em questão, já que o município ainda não se instalou e, portanto, não possui autoridades constituídas para serem consultadas.

O projeto é oportuno e nada contém de injurídico ou

inconstitucional.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Hoffmann, do Município da Lapa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacó Bogus, ocorrido no Município de União da Vitória. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antonio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Comunicações, denunciando a falta de uma agência dos Correios e Telégrafos no Município de Missal. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR a construção de um muro de alvenaria circundando a área ocupada pelo prédio onde funciona a Escola Estadual de Romeópolis, Ensino de Primeiro Grau, no Distrito de Romeópolis, Município de Ivaiporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a construção de um prédio para abrigar a Agência de Rendas do Município de Juranda. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a doação de um aparelho projetor de "slides" para o Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Mariluz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual

João XXIII, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Mamboré. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de duas novas salas de aula no Colégio Estadual de Santo Rei, no Distrito de Santo Rei, Município de Nova Cantu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo para que os previdenciários do Município de Peabiru, voltem a ser atendidos pelo FUNRURAL daquele município. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a

liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de uma quadra poliesportiva coberta no Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a contratação de empresa local para ampliação e reforma do prédio da Central Telefônica do Município de Maringá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo para que a Empresa de Ônibus Viação Garcia Ltda., coloque melhores ônibus nas linhas de maior percurso, sobretudo entre Maringá e Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a ampliação do número de terminais telefônicos no Município de Paçandu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, encarecendo a criação dos cursos de medicina e odontologia na Universidade Estadual de Maringá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo a reativação do plantio de cítricos na região norte do Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo a criação de uma Delegacia de Polícia Federal, no Município de Maringá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a reativação do trem de passageiros, a construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, ligando os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, bem como a mudança do pátio de manobras da Rede Ferroviária Federal S/A, do centro da cidade, para a estação de transbordo da Itaipu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo a criação de incentivos financeiros à cafeicultura nas regiões norte e noroeste do nosso Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto da ACARPA no Município de Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação de uma nova carreira que permita que o empregado juramentado possa ser classificado como auxiliar de cartório, iguais aos que pertencem às Varas Criminais. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o atendimento das reivindicações que vêm sendo encaminhadas pela Associação

dos Agentes de Segurança do Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja concedida a aposentadoria aos 25 anos de serviço para as zeladoras que prestam serviços ao Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo revestimento primário para a estrada que liga o Município de Faxinal ao Distrito de São José, Município de Marilândia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção do trevo de acesso ao Município de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação do Segundo Grau na Escola Luiz José dos Santos, no Distrito de Pirapó, Município de Apucarana. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o revestimento primário da estrada que liga os Municípios de Kaloré e Cambira. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Fazenda e Planejamento, encarecendo providências junto ao CONFAZ, no sentido da isenção do IPI às Prefeituras Municipais, quando estas adquirirem veículos que tenham necessidade. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo para que os locais para a realização de exame psicotécnico sejam dotados de condições, tanto de pessoal quanto de equipamento para a função de exames especiais aos portadores de deficiência física, como também solicita que voltem a serem realizados nas antigas CIRETRANS. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, cumprimentando-o pela implantação experimental de atendimento odontológico nos Municípios de Francisco Beltrão, Ponta Grossa, Campo Mourão e Wenceslau Braz, viabilizando o credenciamento de 500 servidores públicos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a criação de um Posto Regional daquele instituto no Município de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Reforma e do Desenvolvimento

Agrário, encarecendo para que no Programa de Reforma Agrária anunciado pelo Governo Federal, os títulos definitivos de posse da terra sejam distribuídos após um determinado período de trabalho na propriedade onde se comprove que o colono realmente desenvolveu atividades produtivas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada no jornal O PARANÁ, acerca da entrevista de Luiz Carlos Prestes, ex-líder combatível do Partido Comunista do Brasil. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do assunto que trata do tema abordado pelo Sr. Nivaldo Kruger, nesta Casa, na sessão do dia 28 de maio do corrente ano. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro dos Transportes, pela iniciativa de instituir o vale-transporte para o trabalhador. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, manifestando apoio ao Projeto de Lei Complementar número 115/83, que assegura aposentadoria ao trabalhador rural com 60 anos de idade para o sexo masculino, e de 55 anos para o sexo feminino. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.^{os} 33 a 38/85.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 57/85.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.^{os} 41 a 46/85.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.^{os} 300, 325, 329, 368, 369 380 e 382/84.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 29 DE MAIO DE 1985

FUNDAMENTOS DO PROJETO

1. Necessidades de medidas imediatas na área tributária.
2. Inconveniência de propor novas emendas

constitucionais às vésperas da constituinte.

3. Inconveniência de propor um novo Código Tributário antes da reforma constitucional que certamente afetará o Código.
4. Necessidade imediata de transferir-se para a lei todas as normas acessórias e adjetivas contidas na Constituição, em matéria tributária, permitindo-lhe, assim, retornar à sua condição originária de Carta de Princípios, na qual, no que se refere a tributo, limitar-se-á a discriminar a competência e a receita tributárias.
5. Possibilidade e legitimidade da iniciativa parlamentar em matéria tributária, mediante lei complementar (inclusive no que se refere à matéria financeira - tese de Geraldo Ataliba).
6. Tendo o Código hierarquia de lei complementar, só pode ser alterado por lei complementar, que exige maioria absoluta de cada Casa.
7. Visou-se a um aprimoramento global, harmônico e o mais possível imparcial do sistema tributário, no sentido de conferir-lhe a necessária credibilidade. Sem cogitar de alterações constitucionais, buscou-se fixar metas efetivamente possíveis e obtíveis no atual quadro político-econômico do País com o mínimo de perda de receita para a União, e, principalmente, para os Estados, tudo voltado à efetiva viabilização do projetado.
8. Observações: Dispositivos não nomeados permanecem com a redação atual do CTN e do Decreto-Lei número 406. As remissões a dispositivos legais do próprio Código ou do Decreto-Lei 406, referem-se à redação ora sugerida e não à atual. O projeto da nova redação ao Código, ao citado decreto-lei, que o alterou, dando outras providências em matéria de finanças públicas. Por ocasião de sua propositura deverá o projeto ser revisado, explicitada a emenda e todas as disposições aludidas e não transcritas, e elaborada sua justificação. Numeraram-se separadamente as páginas da primeira parte e do projeto de lei, para que possam ser facilmente desmembradas.

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (na ordem do texto)

Proibição de reter receita de tributo e seus acessórios, além do prazo legal, se destinada a outra esfera de governo, sob pena de responsabilidade pessoal dos respectivos agentes.

Exclusão da receita da União, "a priori", do I.R. descontados pelos Estados e Municípios, relativa a seus servidores e aos seus títulos de dívida pública.

Para fins de imunidade tributária, acrescentar o requisito, para as instituições de educação, de manterem, no mínimo, 10 por cento de gratuidade nos seus serviços.

Empréstimo compulsório será calculado em ORTNs.

I.T.R.:

Apenas sobre imóveis destinados a fins agropecuários, de extração vegetal ou mineral; sua base de cálculo levará em conta: área, localização, rede viária, serviços públicos, condições de solo e recursos naturais (esse dispositivo liquida a decisão do Judiciário que inviabilizou a taxa de conservação de estradas); no caso de Município em estado de emergência, a base de cálculo ou a alíquota poderá ser reduzida em até 90 por cento, ouvidas as autoridades municipais interessadas.

I.P.T.U.

Incidirá sobre todos os móveis que não se destinem aos fins especificados para a incidência do I.T.R., independentemente de sua localização; possibilidade de alíquotas diferenciadas com base em: edificações no imóvel, sua destinação, utilização efetiva e condições de sua ocupação; base de cálculo: atualizada anualmente pelo Poder Executivo Municipal devendo levar em conta: área edificada ou não, índice estimativo de valorização zonal, serviços públicos, padrão da edificação, estado de conservação, benfeitorias e sinistros (também resolve a questão de taxa de conservação de estradas); limite da atualização da base de cálculo: variação das ORTNs, salvo em casos de brusca valorização decorrente de ato administrativo ou obra pública ou privada; só se considera edificado o imóvel com "Habite-se".

I.T.B.I.:

Alíquota mais elevada para transmissões "causa mortis" de imóvel com valor superior a 15.000 ORTNs.

I.O.F.:

Isenção para operações financeiras contratadas com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e órgãos das respectivas administrações indiretas, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público.

I.U.M.:

Alíquotas mais elevadas para minerais nobres, preciosos e semi-preciosos:

TAXA: correspondência entre previsão da receita e estimativa do custeio do respectivo serviço ou atividade. Taxa de Conservação de Estradas: utilizar-se-á como critério de sua individuação a área, testada ou perímetro dos imóveis adjacentes. Taxa de Iluminação Pública: sua inclusão nas faturas individuais de consumo doméstico, comercial ou industrial, repassando-a, a concessionária, ao Município, até o décimo dia do mês subsequente.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

Efetiva valorização do tributo, com plena autonomia para cada esfera de governo legislar a respeito; únicas especificações: total da receita não superior à despesa realizada (Constituição); não sendo

possível identificar o proprietário (contribuinte, pela Constituição), o possuidor a qualquer título responde pelo pagamento; no I.R. devido sobre valorização imobiliária, para imóvel objeto de contribuição de melhoria, poderá o sujeito passivo da contribuição deduzir 50 por cento do total pago no exercício anterior; o tributo pode ser lançado por etapa de obra concluída, sua parcela anual não excederá 10 por cento do valor venal do imóvel. O resto fica por conta da lei específica (no caso de Município, lei municipal).

Participação das outras esferas de Governo na receita tributária cobrada por via administrativa ou judicial (inclui a dívida ativa).

Participação nos acréscimos legais do tributo e nas relativas penalidades pecuniárias.

Fixação de prazo máximo improrrogável de 30 dias (sempre que a lei específica não fixe prazo menor) para crédito de transferências tributárias, após o que incidirão correção monetária, juros e multa moratória de 0,3 por cento por dia útil.

Proibição de deduzir quaisquer parcelas de montantes a serem transferidos, exceto os casos previstos em lei.

Proibição de vincular a aplicação de transferências, exceto para os impostos especiais, e, no FPE e FPM, 2 por cento para o PASEP, no FPM, 20 por cento para a função educação e cultura.

Permissão de delegar a arrecadação do I.U.M. aos Estados.

Permissão de delegar a arrecadação do I.T.R. e do I.T.B.I. aos Municípios.

Permissão legal para cobrar a dívida ativa dos impostos cuja arrecadação foi delegada.

Assessoramento do Município à União, no cadastramento de imóveis rurais, e aos Estados, de todos os imóveis municipais.

Prestação de assistência técnica dos delegantes aos delegados, relativamente à arrecadação dos respectivos tributos.

Publicação mensal, pelas Fazendas Públicas, dos dados do mês anterior, quanto às receitas próprias e às transferidas, com discriminação do montante por tributo e critérios de distribuição.

Participação dos Municípios de origem ou de destino, no I.C.M. recolhido com antecipação ou diferimento do imposto.

Redução à metade (quinzena) de todos os prazos relativos à transferência das quotas dos Fundos de Participação.

Manutenção do percentual dos impostos únicos já que, sem alterar a Constituição, qualquer acréscimo aos Municípios teria que ser retirado dos Estados.

Inclusão na base de cálculo das transferências de impostos únicos, de todo e qualquer gravame adicional que integre o valor de comercialização de bens, objeto do imposto, exceto quota de previdência e P.I.S.

Crédito em numerário da parcela de IUEE,

devida aos Municípios, vedada sua conversão em títulos. Os títulos existentes serão aceitos pela concessionária em pagamento de serviços contratados com o Município, pelo seu real valor de mercado.

T.R.U.: 35 por cento da receita aos Estados e 25 por cento aos Municípios; proporcionalmente ao número de veículos licenciados, mantida a proporção relativa das demais destinações legais. Restituição de tributo: correção monetária após 30 dias do seu recolhimento.

Compensação tributária: dispensada a lei, passa a ser autorizada pela autoridade fiscal.

Transação tributária: autorizada a dação em pagamento de imóvel, como elemento da transação.

Prescrição e decadência quinquenal extensiva aos empréstimos compulsórios e a qualquer contribuição inclusive a previdenciária, F.G.T.S., P.I.S., salário-educação, FINSOCIAL, etc.

Obrigatoriedade de publicação anual, na imprensa oficial, até o 20/2, da relação dos contribuintes em mora, relativa aos tributos do exercício anterior, com identificação do sujeito passivo e do montante por tributo.

Publicação anual, nas mesmas condições, até 30/4, dos contribuintes com dívida ativa, regularmente inscrita, discriminado o montante por tributo.

Alíquota especial para a contribuição patronal do Município para a Previdência Social, correspondente à metade da vigente, aplicando essa alíquota aos débitos vencidos e não liquidados pelo Município.

Participação do Município em 30 por cento do Salário-Educação, mensalmente arrecadado, a ser distribuído diretamente pelos agentes arrecadadores, excluía essa parcela da base de cálculo da distribuição prevista no DI 1422/75.

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES AO DECRETO-LEI N.º 406/68 (I.C.M. e I.S.S.)

Instituição do Fundo de Compensação Tributária, destinado a ressarcir Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, da perda de receita decorrente da exportação de industrializados com imunidade do I.C.M.

O Fundo se constituirá do IOF incidente sobre importação do petróleo (criado em detrimento do IULCLG; para burlar a distribuição destes aos Mun. e Est.); de parcela variável do II e do IE, além de outras receitas destinadas em lei.

O T.C.U. distribuirá mensalmente os recursos do F.C.T. em duodécimos do valor correspondente a oito por cento do montante anual das exportações realizadas por cada Est., Terr., ou D.F., no exercício anterior, cabendo 3/4 ao respectivo Estado e 1/4 aos Mun. daquele Est. A distribuição, aos Mun. de cada Est., far-se-á: 75 por cento da parcela, proporcionalmente ao

ICM arrecadado pelo Mun. no exercício anterior; 25 por cento de modo igualitário entre todos os Mun. do Est. ou Terr. A parcela acima prevista só se aplicará relativamente a cada Est., Terr., e D.F., se ocorrer um incremento anual das Exp. maior do que 50 por cento relativamente aos valores reais anuais, cotejados com os obtidos no exercício anterior ao da publicação da lei.

Enquanto não atingido esse percentual, vigorará assim:

10 por cento sobre o incremento nas exp.

Relativamente a aumento não superior a 10 por cento.

12,5 por cento relativamente aquele que exceder 10, até 20 por cento;

15 por cento relativamente aquele que exceder 20, até 30 por cento;

17,5 por cento relativamente aquele que exceder 30, até 50 por cento.

Cabe ao Pres. da República propor ao S.F. as alíquotas máximas do ICM, nos termos definidos pelo CONFAZ.

I.S.S.: não incide sobre serviços prestados no exterior, os serviços da lista são sujeitos apenas ao I.S.S., mesmo com fornecimento de materiais, fora os casos nela expressamente excetuados (norma análoga p/o ICM); facultados convênios entre Mun. para uniformização de procedimentos e documentos relativos a prestação de serviços intermunicipais; base de cálculo: valor do serviço (e não o preço); possibilidade de fixação de critérios de estimativa da base de cálculo do imposto por lei municipal, contribuinte: pessoa física ou jurídica prestadora do serviço (não mais empresa ou profissional autônomo); possibilidade de atribuição da condição de responsável pelo imposto a pessoa jurídica ou firma individual, usuária do serviço; alíquotas:

— 10 por cento - jogos e diversões;

— 2 por cento serv. prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, inclusive profissionais autônomos e sociedades de profissionais liberais (passa-se a uma alíquota "ad valorem");

— 2 por cento - execução de projetos e obras de engenharia;

— 1 por cento - obras hidráulicas e de construção civil, inclusive serv. de engenharia consultiva, contratados pela União, Est., DF., e Mun., suas autarquias e empresas concessionárias de serv. públicos (acaba-se com a isenção existente);

— 5 por cento para os demais serviços; local da prestação do serviço: — I — o do estabelecimento prestador, situado no Mun. em que é prestado o serviço inexistindo este, o do estabelecimento prestador independentemente de sua localização; II — na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador do serviço; III — onde se realizar a obra, no caso de execução de projetos de engenharia; inclusão de uma série de novos itens na lista de serviços.

OUTRAS DISPOSIÇÕES DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Instituição do imposto sobre a disponibilidade do subsolo, IDS, com base na titularidade de direito de exploração mineral do subsolo.

Base de Cálculo: valor de referência por HA ou fração de HA de área descrita em título de concessão, Alíquota "Ad valorem" diferenciada por substância mineral.

Contribuinte: titular de concessão (o imposto não é devido nos dois primeiros anos de autorização de pesquisa). A prorrogação do direito de exploração dependerá da inexistência de débito do imposto. Atraso no pagamento, superior a 180 dias, implica na perda do direito de exploração. Pode o contribuinte requerer o redimensionamento das áreas concedidas à exploração, adequando-se às reais possibilidades de exploração.

Receita do Imposto: União transfere 25 por cento ao Estado e 25 por cento aos Municípios em que se situarem as áreas que originaram a receita, no prazo de quinze dias de sua arrecadação.

OUTRAS DISPOSIÇÕES DE NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA: (na ordem do texto)

Transferência de propriedade de imóveis entre União, Est., DF., e Mun., para fins de instalação de órgãos ou serv. públicos, far-se-á por dação em pagamentos, pelo valor de mercado do imóvel sempre que existirem débitos vencidos ou vincendos da alienante. O crédito decorrente da dação compensará débitos existentes. O mesmo se aplica à cessão de uso ou de ocupação de imóveis, para os mesmos fins, que originará crédito para a cedente em montante, correspondente, mensalmente, ao valor locativo (custeio dos encargos).

Assegurado aos Est., DF. e Mun., participação direta nos resultados financeiros de empreendimentos públicos ou privados que venham a explorar recursos naturais não renováveis.

As instituições financeiras, bem como seus agentes, alocarão anualmente, no mínimo, 30 por cento das aplicações financeiras que realizarem no Est., DF., ou Terr., e no Mun., em que hajam sido captados os respectivos recursos, à razão de 20 por cento ao Est. e 10 por cento ao Mun.

Nas operações de empréstimo contratadas pelo Est., DF., e Mun., e órgãos das respectivas adm. ind. inclusive fundações instituídas pelo Poder Público, bem como nos financiamentos por eles contratados para aquisição de maquinaria e veículos pesados para trabalhos rurais ou para obras de engenharia em geral, as instituições financeiras e seus agentes somente poderão gravar essas operações com: I — juro não superior ao menor cobrado entre as várias linhas de crédito da instituição; II — correção monetária não

superior a 50 por cento do índice de variação das ORTNs no ano anterior.

Indenização dos Est., DF., Terr., e Mun., pela inundação de áreas agricultáveis maiores de 20 km², para construção de usinas hidrelétricas, por parte das empresas que exploram o serviço: aos Est., 1,5 por cento do total do valor da energia mensalmente gerada e comercializada; aos Mun., 0,5 por cento.

Não incidência de juros e penalidades pecuniárias sobre débitos vencidos, da titularidade do Mun., referentes a contribuições previdenciárias FGTS e obrigações regidas pelo SFH, desde que quitados após separadamente consolidados, em parcelas mensais até 30 meses. A não liquidação do débito no prazo, importa em multa e juros sobre a parcela não liquidada no referido prazo, não mais podendo os Mun., em tal situação contratar empréstimo no exterior (chamariz para a União). (Esta medida complementa a da prescrição quinquenal de todos os débitos públicos e o da alíquota especial previdenciária, com caráter retroativo).

Participação dos Mun. em 50 por cento das multas de trânsito arrecadadas em seu território (recurso tirado do Est.).

Herança vacante passa ao domínio do Mun. do foro da sucessão, no caso de móveis, e, no de imóveis, ao do Mun. da situação destes.

CLÁUSULA FINAL

Revogação da isenção do ISS para obras hidráulicas e de construção civil contratadas com a União, Estados, DF, Municípios (Lei Complementar 22).

Revogação da destinação ao DF da receita de ICM incidente sobre o trigo importado (art. 4.º Ato Complementar 35).

Revogação da atual legislação da contribuição de melhoria (Decreto-Lei 195), e demais disposições em contrário.

Vigência: a partir do ano subsequente ao de sua publicação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º , de 1985

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1.º — A Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9.º — É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir, exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça, sendo contudo, facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo nos casos previstos nos artigos 21, 26, parágrafo único do art. 48 e inciso VIII do art. 217.

II — cobrar tributos, sem que a lei que os houver instituído ou aumentado, esteja em vigor antes do início do exercício financeiro, exceto se se tratar dos impostos referidos nos arts. 19, 23, 46 e 76, no art. 68, no caso do fato gerador tipificado no seu inciso I, no art. 8.º do Decreto-Lei n.º 406, de 31 de dezembro de 1968, quando incidente sobre o serviço constante do item 38, da lista de serviços anexa ao citado decreto-lei, bem como nos casos previstos nos arts. 15 e 217.

III — (o atual inciso II);

IV — instituir imposto sobre:

d) livros, jornais e periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão;

V — reter, além do prazo legal, receita de tributo e de seus acessórios, nas condições definidas no art. 83, destinada, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, sob pena de responsabilidade pessoal dos respectivos agentes arrecadadores e intermediadores da operação;

VI — vincular o produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as taxas e os impostos a que se referem os arts. 43, 46, 74 a 76, bem como os casos previstos nos arts. 15 e 217. A lei poderá, contudo, estabelecer que a arrecadação parcial ou total de certos tributos constitua receita do orçamento de capital proibida sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1.º —

§ 2.º —

Art. 10 — É vedado à União:

I — Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município;

II — recolher à sua conta o produto da arrecadação, na fonte, do imposto a que se refere o art. 43, quando incidente sobre rendimentos do trabalho e de títulos da dívida pública pagos pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, devendo o agente arrecadador creditá-lo diretamente à conta da pessoa jurídica de direito público que efetuou o pagamento que deu origem à receita.

Art. 14 — O disposto na alínea c, do inciso IV do art. 9.º, subordina-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I —

II —

III —

IV — no caso de instituições de educação, manterem, no mínimo, 10 por cento de gratuidade na prestação dos respectivos serviços.

§ 1.º —

§ 2.º — Os serviços a que se referem o inciso IV deste artigo e do art. 9.º são, exclusivamente, os

diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos e atos constitutivos.

Art. 15 —

§ 1.º — Observado o disposto no inciso II do art. 9.º, aplicam-se aos empréstimos compulsórios as disposições gerais relativas a tributos e normas gerais de direito tributário.

§ 2.º — Os empréstimos terão como unidade de valor a da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional - ORTN, para todos os fins de direito, inclusive o de sua restituição.

§ 3.º — (o atual parágrafo único).

§ 4.º — Os empréstimos compulsórios não podem ter por base de cálculo a que tenha servido para a incidência de tributo.

.....

Art. 28 — A receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias ou de capital para financiamento de programa de desenvolvimento econômico.

Art. 29 — O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, de características rurais.

§ 1.º — A caracterização de imóvel rural subordina-se à sua comprovada destinação para fins agropecuários ou de extração vegetal ou mineral, obedecidas as disposições legais do Município relativas ao uso do solo.

§ 2.º — Não havendo quaisquer indícios quanto a destinação do imóvel, entender-se-á como imóvel rural aquele que se localizar fora da zona urbana do Município.

§ 3.º — O imposto de que trata este artigo não incidirá sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Art. 30 — A base de cálculo do imposto é o valor fundiário que, observada a legislação específica, deverá levar em conta os seguintes elementos indicativos, relativamente ao imóvel: área, localização, rede viária e serviços públicos que o servem, condições do solo e recursos naturais existentes.

Parágrafo único. No caso de Municípios declarados sob estado de emergência, a base de cálculo ou a alíquota do imposto poderá ser reduzida em até 90 por cento do seu valor, ouvidas as autoridades municipais interessadas, relativamente à identificação das áreas efetivamente atingidas por calamidades públicas e à fixação dos respectivos índices de redução do imposto.

.....

Art. 32 — O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial

urbana, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, de características urbanas.

§ 1.º — A caracterização de imóvel urbano subordina-se à sua comprovada destinação para fins de habitação exclusiva, permanente ou ocasional, de comércio, de indústria, de lazer ou de outros fins que não caracterizem imóvel rural, obedecidas as disposições legais do município relativas ao uso do solo.

§ 2.º — Não havendo quaisquer indícios quanto a destinação do imóvel, entender-se-á como imóvel urbano aquele que se localizar na zona urbana do Município.

§ 3.º — (o atual § 1.º)

Art. 33 — A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, facultado à lei municipal instituir alíquotas diferenciadas do imposto com base em critérios relativos à existência de edificações no imóvel, sua destinação, utilização efetiva e condições de sua ocupação.

§ 1.º — A base de cálculo do imposto, cujo valor será anualmente atualizado pelo Poder Executivo municipal, deverá levar em conta os seguintes elementos indicativos, relativamente ao imóvel: área edificada ou não edificada, índice estimativo de valorização zonal, serviços públicos disponíveis, padrão da edificação, se a houver, seu estado de conservação, benfeitorias ou sinistros verificados.

§ 2.º — (o atual parágrafo único).

§ 3.º — Salvo em casos de brusca e comprovada valorização imobiliária decorrente de atos administrativos ou de obras públicas ou privadas que afetem o imóvel, a atualização anual do valor venal do imóvel terá como índice máximo o da variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, relativamente ao mesmo período de tempo.

§ 4.º — Para os fins deste artigo, considera-se edificado o imóvel objeto de carta de "Habite-se", expedida pela autoridade competente.

Art. 36 — Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo anterior.

I —

II — quando decorrente da fusão, incorporação ou extinção de capital de pessoa jurídica.

Art. 39 — As alíquotas do imposto não excederão os limites fixados em resolução do Senado Federal, que distinguirá, para efeito de aplicação de alíquota mais baixa, as transmissões de imóveis compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação a que se refere a Lei n.º 4380, de 21 de agosto de 1964, e alterações legais posteriores, e, para efeito de aplicação de alíquota mais elevada, as transmissões "causa mortis" de imóveis cujo valor, à época da

transmissão, seja superior a 15.000 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs.

Parágrafo único. Compete ao Presidente da República propor ao Senador Federal as alíquotas máximas do imposto.

Art. 48 —

Parágrafo único. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política de desenvolvimento industrial.

Art. 65 — São isentas do imposto as operações a que se refere o art. 63, quando contratadas por instituições financeiras, ou seus agentes, com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e órgãos das respectivas administrações indiretas, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público.

Art. 67 — A receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias ou de capital para financiamento de programa de desenvolvimento econômico.

Art. 74 — Os impostos, de competência da União, sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, energia elétrica e minerais do País, tem como fato gerador:

I — a extração, apenas no que se refere a minerais do País;

II, III, IV, V e VI — (respectivamente, os atuais incisos I, II, III, IV e V).

§ 3.º — A lei disporá sobre a diferenciação das alíquotas dos impostos e, no caso do imposto sobre minerais do País, quanto à aplicação de alíquotas mais elevadas, relativamente a minerais nobres, preciosos e semi-preciosos.

Art. 80 —

§ 1.º — O produto da arrecadação de taxa destinada ao custeio do serviço ou atividade pública, que lhe der origem, devendo a previsão de seu montante equivaler ao valor estimado para o custeio do respectivo serviço ou atividade.

§ 2.º — Na instituição de taxas cobradas por serviços relativos a vias e logradouros públicos, utilizar-se-á como critério de sua individualização a área, testada ou perímetro dos imóveis adjacentes.

§ 3.º — As empresas concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica incluirão nas faturas individuais de consumo doméstico, comercial ou industrial de energia elétrica, o montante relativo à taxa cobrada pelo Poder Público ao particular, em razão da prestação do serviço de iluminação pública, repassando o valor total mensalmente arrecadado ao ente público titular do tributo, até o décimo dia do

mês subsequente, sob pena de multa moratória de 0,3 por cento, por transcurso de dia útil excedente; e juros de 1 por cento ao mês, somente incidindo correção monetária sobre o montante se decorrido atraso superior a trinta dias. A empresa concessionária deduzirá a seu favor, pelo serviço de arrecadação e repasse da taxa, parcela do montante não superior a cinco décimos por cento do total a esse título arrecadado.

Art. 81 — A contribuição de melhoria instituída e cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tem como fato gerador o benefício recebido por imóvel em razão da obra pública.

§ 1.º — Contribuinte do tributo é o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, bem como os adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2.º — No caso de imóvel cuja definição do proprietário esteja pendente de decisão judicial, ou quando não constar do competente registro sua identificação e domicílio à época do lançamento do tributo, ou comprovar a autoridade fiscal lançadora a inconsistência dos dados apurados, e sempre que não sejam tais elementos do conhecimento do possuidor, a qualquer título, do imóvel, responde este pelo pagamento da contribuição, enquanto perdurar o fato descrito neste parágrafo.

§ 3.º — No caso de enfiteuse, responde o enfiteuta pelo pagamento da contribuição de melhoria.

§ 4.º — Relativamente ao imóvel objeto de locação, é lícito ao locador exigir aumento de aluguel correspondente a 10 por cento ao ano da contribuição de melhoria efetivamente paga.

§ 5.º — É nula a cláusula de contrato de locação que atribua ao locatário o pagamento, no todo ou em parte, da contribuição de melhoria lançada sobre o imóvel.

§ 6.º — Os bens indivisos serão considerados como de um só proprietário, podendo a autoridade fiscal lançar a contribuição de melhoria sobre qualquer dos condôminos.

§ 7.º — Para efeito do imposto de renda devido sobre valorização imobiliária, relativamente a imóvel objeto de contribuição de melhoria, o sujeito passivo da contribuição poderá deduzir 50 por cento do total pago no exercício anterior, a título de contribuição, observados os mesmos procedimentos de atualização de valores aplicáveis ao imposto de renda retido na fonte.

Art. 82 — A contribuição de melhoria terá, como limite total máximo da receita, a despesa realizada pelo Poder Público.

§ 1.º — Para efeito de determinação do limite total serão computadas as despesas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração,

execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos, cujo valor será atualizado à época do lançamento, na forma da lei.

§ 2.º — O valor do tributo a ser cobrado de cada contribuinte, bem como sua forma de pagamento, serão fixados de acordo com critérios definidos em lei, e seu lançamento efetuado após a conclusão da obra.

§ 3.º — Quando se tratar de obra realizada por etapas, o tributo poderá ser lançado em relação aos imóveis efetivamente beneficiados em cada etapa da obra pública.

§ 4.º — A contribuição de melhoria será paga de modo que o montante de sua parcela anual não exceda, por exercício, 10 por cento do valor venal do imóvel, apurado por via administrativa.

Art. 83 — É irrelevante, para fins de participação de pessoa jurídica de direito público, no produto da arrecadação de tributo de competência de outra, haver sido este pago por iniciativa do sujeito passivo ou a ele cobrado por via administrativa ou judicial.

§ 1.º — A participação no produto da arrecadação de tributo importa idêntica participação relativamente à atualização de seu valor monetário e às receitas acessórias, referentes a acréscimos legais do tributo, a qualquer título arrecadados, e a penalidades pecuniárias a ele vinculadas, independentemente das circunstâncias de seu recolhimento.

§ 2.º — Sempre que a legislação específica não fixar prazo menor, qualquer distribuição de receita tributária, bem como seus acréscimos, será obrigatoriamente creditado ao seu destinatário legal no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva arrecadação.

§ 3.º — Sem prejuízo do disposto no inciso V, do art. 9.º, os valores referentes a distribuições de receitas tributárias e de seus acréscimos, quando creditados a seus destinatários após o prazo legal, serão automaticamente atualizados monetariamente pelo respectivo agente financeiro, com base na variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTNs, em igual período, e acrescidos de juros de mora de 1 por cento ao mês e multa moratória de três décimos por cento, por transcurso de dia útil excedente, calculados sobre o valor atualizado do total da receita a ser distribuída.

§ 4.º — É vedado ao titular da competência tributária, bem como às instituições financeiras arrecadoras e repassadoras de receitas tributárias, deduzir quaisquer parcelas dos montantes arrecadados objeto de distribuição a outra pessoa jurídica de direito público, seja a título de encargo, comissão, custeio de serviço ou a qualquer outro título, exceto os casos previstos em lei.

§ 5.º — É vedado vincular a aplicação de receita tributária distribuída a outra pessoa jurídica de direito público, exceto no que tange à aplicação de 2 por cento

das quotas do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios e do Fundo de Participação dos Municípios no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de 20 por cento das quotas do Fundo de Participação dos Municípios na função Educação e Cultura, prioritariamente no ensino de primeiro e segundo graus, e das destinações legais previstas para as distribuições de receitas dos impostos especiais a que se refere o art. 74.

Art. 84 —

§ 1.º — (o atual parágrafo único).

§ 2.º — É dispensada a expedição da lei a que se refere este artigo e facultada a delegação, mediante convênio, das atribuições de arrecadação;

I — aos Estados e ao Distrito Federal, pela União, relativamente ao imposto sobre operações relativas a minerais do País, previsto no art. 74;

II — aos Municípios, pela União, no que se refere ao imposto sobre a propriedade territorial rural, previsto no art. 29 e pelos Estados, quanto ao imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, previstos no art. 35, em ambos os casos, relativamente aos imóveis situados no território dos entes públicos delegados.

§ 3.º — Sem prejuízo das atribuições originárias do ente público titular da competência tributária, será deferida por lei, aos entes públicos delegados nos termos do parágrafo anterior, legitimação processual para ajuizar e executar judicialmente a dívida ativa inscrita, relativamente aos impostos objeto de delegação.

§ 4.º — No exercício da delegação a que se refere o parágrafo segundo, compete aos Municípios prestar assessoramento:

I — à União, relativamente ao cadastramento dos imóveis de características rurais, situados no território do Município, para efeito do imposto a que se refere o art. 29;

II — aos Estados, no que se refere ao cadastramento de todos os imóveis municipais, para fins do imposto de que trata o art. 35.

§ 5.º — Compete às pessoas jurídicas de direito público que deleguem as atribuições de arrecadação dos impostos de que trata o parágrafo segundo, supervisionar o exercício da delegação concedida, retirá-la, se o entenderem oportuno, bem como prestar, relativamente, às atribuições delegadas, a assistência técnica disponível que lhe for solicitada.

§ 6.º — O exercício das atribuições delegadas, pelo destinatário da delegação, não exclui, em nenhum caso, o exercício das mesmas atribuições por parte do titular da respectiva competência tributária.

Art. 7.º — As Fazendas Públicas Federal, Estaduais e Municipais publicarão até o final de cada mês, relação discriminada dos dados relativos ao mês anterior, no que se refere à arrecadação dos tributos próprios e às receitas transferidas para ou recebidas

de outra pessoa jurídica de direito público, consignando as datas dos respectivos créditos e os quantitativos transferidos, identificando seus componentes e parcelas, bem como os critérios e procedimentos de distribuição.

IMPOSTO SOBRE A

PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

Art. 85 — Será distribuído pela União, aos Municípios da localização dos imóveis, o produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 29.

Parágrafo único. Independentemente de ordem das autoridades superiores e sob pena de demissão, as autoridades arrecadoras do imposto a que se refere este artigo farão entrega aos Municípios das importâncias recebidas, à medida que forem sendo arrecadadas, no prazo a que se refere o § 2.º do art. 83.

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS

IMÓVEIS E DE DIREITOS

A ELES RELATIVOS

Art. 85A — Serão distribuídos pelos Estados, aos Municípios, 50 por cento do produto da arrecadação do imposto mencionado no art. 35, relativamente aos imóveis objeto de transmissão sobre a qual incide o imposto.

Parágrafo único. As parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, observado o disposto no § 2.º do art. 83.

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS

A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

Art. 85-B — Serão distribuídos pelos Estados, aos Municípios, 20 por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, a que se refere o art. 1.º do Decreto-Lei n.º 406, de 31 de dezembro de 1968.

§ 1.º — As parcelas da receita do imposto de que trata este artigo, pertencentes aos Municípios, serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, de acordo com os seguintes critérios:

I — no mínimo três quartos, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias realizadas em seus respectivos territórios;

II — no máximo um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual.

§ 2.º — É assegurado, aos municípios de origem ou de destino das mercadorias objeto de operações tributadas pelo imposto, a participação no produto de sua arrecadação, nos termos deste artigo, relativamente aos casos de antecipação ou de deferimento do pagamento do imposto.

Art. 86 — Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 43 e 46, 68 por cento constituem despesa da União e o restante será distribuído à razão de 14 por cento ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos

Territórios, 16 por cento ao Fundo de Participação dos Municípios e 2 por cento ao Fundo Especial, cuja aplicação é regulada em lei.

§ 1.º — Não integra a base de cálculo sobre a qual incidem os percentuais previstos neste artigo a parcela do produto de arrecadação do imposto a que se refere o art. 43, previsto no inciso II do Art. 10.

§ 2.º — Incumbe ao Tribunal de Contas da União efetuar o cálculo das quotas do Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e do Fundo de Participação dos Municípios.

§ 3.º — A transferência dos recursos dependerá do recolhimento dos impostos federais arrecadados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e da liquidação das dívidas dessas entidades ou de seus órgãos de administração indireta, para com a União, inclusive as oriundas de prestação de garantia.

Art. 87 — O Banco do Brasil S/A, à medida em que for recebendo as comunicações do recolhimento dos impostos a que se refere o artigo anterior, para escrituração na conta "Receita da União", efetuará automaticamente o destaque de 32 por cento que creditará aos Fundos referidos no artigo anterior, segundo os percentuais ali definidos.

Parágrafo único. Os totais relativos a cada imposto serão creditados quinzenalmente a cada um dos Fundos, e comunicados pelo Banco do Brasil S/A, ao Tribunal de Contas da União até o último dia útil da quinzena subsequente.

Art. 88 — O Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a que se refere o art. 86, será distribuído da seguinte forma:

I —

II —

Parágrafo único —

Art. 92 — Até o último dia útil de cada exercício, o Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S/A, os coeficientes individuais de participação de cada Estado, Território e do Distrito Federal, calculados na forma do disposto no art. 91, que prevalecerão para todo o exercício subsequente.

Art. 93 — Até o último dia útil de cada quinzena, o Banco do Brasil S/A creditará a cada Estado, Território, ao Distrito Federal e a cada Município as quotas a eles devidas, em parcelas distintas para cada um dos impostos a que se refere o art. 86, calculadas com base nos totais creditados ao Fundo correspondente, na quinzena anterior.

§ 1.º — Os créditos determinados por este artigo serão efetuados em contas especiais, abertas automaticamente pelo Banco do Brasil S/A, em sua agência na Capital de cada Estado e Território, no Distrito Federal e na sede de cada Município ou, na sua falta, na agência mais próxima.

§ 2.º — O cumprimento do disposto neste artigo será comunicado pelo Banco do Brasil S/A, ao Tribunal de Contas da União, discriminadamente,

até o último dia útil da quinzena subsequente.

(excluir a Seção do Capítulo e correspondente título).

Art. 94 — Observado o disposto no § 1.º do art. 86, as quotas dos Fundos de Participação, terão sempre como base de cálculo o efetivamente arrecadado, relativamente aos impostos previstos nos arts. 43 e 46, dispensados quaisquer atos e procedimentos legislativos ou administrativos.

Art. 95 - Do Produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 74, serão distribuídos:

I - aos Estados, Distritos Federal e Territórios:

a) - 40 por cento do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos;

b) - 50 por cento do imposto sobre energia elétrica;

c) 70 por cento do imposto sobre minerais do País;

II - aos Municípios:

a) - 20 por cento do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos;

b) - 10 por cento do imposto sobre energia elétrica;

c) - 20 por cento do imposto sobre minerais do País.

§ 1.º - A distribuição observará o disposto em lei, que poderá dispor sobre a forma e os fins de aplicação dos recursos distribuídos, segundo os seguintes critérios:

a) - nos casos das parcelas dos impostos sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e sobre energia elétrica, proporcionalmente à superfície, população, produção e consumo, adicionando-se, quando couber, no tocante a parcela do imposto incidente, sobre energia elétrica, quota compensatória da área inundada pelos reservatórios;

b) - nos casos das parcelas do imposto sobre minerais do País, proporcionalmente à produção.

§ 2.º - Em qualquer caso, será obrigatoriamente adicionado aos impostos de que trata este artigo, para efeito de determinação da base de cálculo das respectivas parcelas, todo gravame adicional que integre o valor de comercialização dos bens sobre os quais incidem os referidos impostos, ainda que cobrados tais acréscimos em separado.

§ 3.º - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a quota de previdência e a contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, instituído pela Lei Complementar n.º 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 4.º - A parcela do imposto sobre energia elétrica distribuída aos Municípios será, em qualquer caso, creditada em numerário, diretamente à conta do Município destinatário, vedada sua conversão em títulos.

§ 5.º - Os títulos em poder do Município, representativos de participação acionária na empresa concessionária dos serviços de geração ou distribuição

de energia elétrica que o atende, recebidos por conta de quota municipal do imposto de que trata o parágrafo anterior, poderão ser utilizados pelo Município, com base no seu valor real de mercado, na liquidação total ou parcial de créditos vencidos ou vincendos da sociedade concessionária, relativos à prestação de serviços de instalação, ampliação ou manutenção da rede local de energia elétrica.

§ 6.º - As indústrias consumidoras de minerais do País poderão abater o imposto sobre minerais, do imposto a que se refere o art. 1.º do Decreto-Lei n.º 406, de 31 de dezembro de 1968, e do imposto de que trata o art. 46 desta lei complementar, na proporção de noventa por cento e dez por cento, respectivamente.

Art. 95-A - Será distribuído pela União, aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, proporcionalmente ao número de veículos neles licenciados, 60 por cento do produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Decreto-Lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969, mantida a proporcionalidade relativa das demais destinações legais.

Parágrafo Único - Aos Estados, Distrito Federal e Territórios serão atribuídos dois terços da parcela da taxa a que se refere este artigo, e aos Municípios um terço, devendo as respectivas quotas serem diretamente distribuídas a seus destinatários pelas autoridades arrecadoras da taxa, observado o disposto no § 2.º do art. 83 e a Legislação específica, que rege a espécie.

Art. 167 - . . .

§ 1.º - Em qualquer caso, se decorridos mais de trinta dias da data do pagamento que der origem à restituição, o montante a ser restituído terá seu valor monetariamente atualizado pela respectiva Fazenda Pública, com base na variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs.

§ 2.º - (o atual parágrafo único).

Art. 170 - A pedido do interessado, a autoridade administrativa autorizará, nas condições e sob as garantias que estipular, a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vicendos, do mesmo sujeito passivo.

§ 1.º - A compensação poderá ser total ou parcial, podendo ser requerida pelo sujeito passivo relativamente a créditos tributários da mesma pessoa jurídica de direito público contra a qual é detentor de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos.

§ 2.º - Para efeitos deste artigo, sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a autoridade administrativa apurará o seu montante, não podendo, porém, estipular redução mensal maior do que a correspondente a 50 por cento da variação média das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, relativamente ao último trimestre vencido, acrescida de juro de 1 por cento ao mês.

Art. 171 - . . .

Parágrafo Único - A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso, facultada a dação em pagamento de imóvel, como elemento da transação.

Art. 173 - . . .

§ 1.º - (o atual parágrafo único).

§ 2.º - O prazo previsto neste artigo aplica-se aos créditos decorrentes do disposto nos arts. 15 e 217.

Art. 174 - . . .

§ 1.º - (o atual parágrafo único).

§ 2.º - Para efeitos prescricionais, equipara-se a crédito tributário o crédito relativo à cobrança de empréstimos compulsórios, bem como das demais espécies de recolhimentos pecuniários previstos no art. 217.

Art. 193 - Salvo quando expressamente autorizados por lei, nenhum órgão ou departamento da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como fundações por estes mantidas, celebrarão contratos, acordos ou convênios, ou aceitarão proposta em licitação, sem que a parte faça prova de quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício pretende relacionar-se com o respectivo Poder Público.

Art. 199 - . . .

Parágrafo Único - As Fazendas Públicas de que trata este artigo farão publicar anualmente, no respectivo órgão de imprensa oficial, até o dia vinte de fevereiro, a relação dos contribuintes em mora, relativamente aos tributos vencidos no exercício anterior, devidamente identificado o sujeito passivo e discriminado o montante devido por tributo.

Art. 201 - Anualmente, no período de 1.º de março a 30 de abril, as Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios publicarão, no respectivo órgão de imprensa oficial, relação dos sujeitos passivos com dívida ativa regularmente inscrito, acompanhada dos respectivos montantes por tributo.

Art. 217 - As disposições desta lei, notadamente as dos arts. 17, 74 § 2.º e 77, parágrafo único, bem como a do art. 54 da Lei n.º 5.025, de 10 de junho de 1966, não excluem a incidência e a exigibilidade:

I - da "contribuição sindical", denominação que passa a ter o imposto sindical de que tratam os arts. 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo do disposto no art. 16 da Lei n.º 4.589, de 11 de dezembro de 1964;

II - da contribuição destinada a constituir o "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", de que trata o art. 158 da Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, e alterações posteriores;

III - da contribuição destinada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criada pelo art. 2.º

da Lei n.º 5.107, de 13 de setembro de 1966;

IV - da contribuição para a previdência social, devida pelo empregador e pelo empregado, bem como das denominadas "quotas de previdência", ambas previstas na Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações posteriores;

V - da contribuição denominada "salário-educação", instituída pela Lei n.º 4.440, de 27 de outubro de 1964, e reestruturada pelo Decreto-Lei n.º 1.422, de 23 de outubro de 1975;

VI - da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, instituído pela Lei Complementar n.º 7, de 7 de setembro de 1970;

VII - da contribuição social de que trata o Decreto-Lei n.º 1.940, de 25 de maio de 1982, destinada ao Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL;

VIII - de contribuições instituídas pela União, tendo em vista intervenção no domínio econômico ou o interesse de categorias profissionais e de outras para atender diretamente à parte da União no custeio dos encargos da previdência social, facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar-lhes as alíquotas ou as bases de cálculo, e destinado o produto de sua arrecadação aos fins legais para os quais tenham sido instituídas;

IX - de outras contribuições para fins sociais, instituídas em lei.

§ 1.º - Relativamente à contribuição de que trata o inciso IV, utilizar-se-á no cálculo da contribuição patronal dividida pelos Municípios em favor do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social - IAPAS, alíquota especial, correspondente à metade daquela vigente para a espécie, aplicando-se a referida alíquota aos débitos vencidos e ainda não liquidados pelos Municípios.

§ 2.º - Do produto da arrecadação da contribuição de que trata o inciso V, trinta por cento do total mensalmente arrecadado em cada Município a este reverterão, mediante distribuição realizada diretamente pelas autoridades arrecadoras, excluída essa parcela da base de cálculo objeto da distribuição da receita prevista no art. 2.º, do Decreto-Lei n.º 1.422, de 23 de outubro de 1975".

Art. 2.º - "O Decreto-Lei n.º 406, de 31 de dezembro de 68, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1.º

II - a entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, de mercadoria importada do exterior por seu titular, inclusive quando se tratar de bens destinados a consumo ou ativo fixo do estabelecimento.

§ 4.º (a redação vigente do art. 1.º, da Lei Complementar n.º 4, de 2 de dezembro de 1969).

§ 8.º - A isenção ou não-incidência do imposto

não implicará crédito de imposto para abatimento daquele incidente nas operações seguintes.

§ 9.º - As isenções serão concedidas ou revogadas nos termos fixados em convênios, celebrados e ratificados pelos Estados.

§ 10 - É instituído o Fundo de Compensação Tributária, gerido pela Fazenda Pública Federal e destinado a ressarcir os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios da perda de receita do imposto sobre circulação de mercadorias decorrente do disposto no art. 7.º do Ato Complementar n.º 35, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 11 - O Fundo a que se refere o parágrafo anterior se constituirá do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 63 incidente sobre operações de câmbio em pagamento de importação de petróleo, de parcela variável da arrecadação dos impostos a que se refere os arts. 19 e 23, e outras receitas que a lei lhe destinar.

§ 12 - O Tribunal de Contas da União distribuirá mensalmente os recursos do Fundo de Compensação Tributária, em duodécimos do valor correspondente a 8 por cento do montante anual das exportações realizadas por cada Estado, Território e pelo Distrito Federal, no exercício anterior, cabendo:

I - a cada Estado, Território e ao Distrito Federal, três quartos do valor calculado nos termos desse parágrafo, relativamente às exportações por ele realizadas;

II - Aos Municípios, a quarta parte do valor calculado, relativamente às exportações do respectivo Estado ou Território, a eles diretamente distribuída pelo Tribunal de Contas da União, segundo os seguintes critérios:

a) - 75 por cento da parcela, de modo diretamente proporcional ao valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias arrecadado pelo Município no exercício anterior;

b) - 25 por cento da parcela, de modo igualitário entre todos os Municípios de um Estado ou Território.

§ 13 - O disposto no parágrafo anterior somente se aplicará na hipótese de se verificar, no que concerne a cada Estado, Território e ao Distrito Federal, um incremento no montante anual das exportações superior a cinquenta por cento, relativamente aos valores reais anuais, cotejados com os obtidos no exercício anterior ao da publicação desta lei complementar.

§ 14 - Enquanto não atingido o percentual referido no parágrafo anterior, a distribuição a que se refere o § 12 será feita aos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, segundo os seguintes percentuais, relativamente ao incremento a que se refere o parágrafo anterior:

I - 10 por cento sobre o incremento nas exportações, relativamente a aumento não superior a dez por cento;

II - 12,5 por cento, relativamente aquele que

exceder dez, até vinte por cento;

III - 15 por cento relativamente àquele que exceder vinte, até trinta por cento;

IV - 17,5 por cento relativamente àquele que exceder trinta, até cinqüenta por cento.

§ 15 - Aplicam-se, no que couber, à distribuição do Fundo de Compensação Tributária, as normas legais e regulamentares aplicáveis aos Fundos de que tratam os arts. 88 e 91, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 2.º -

I - o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria, no momento de sua ocorrência;

II - na falta do valor a que se refere o inciso anterior, o preço corrente, à vista, da mercadoria ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente;

§ 5.º - O montante do imposto sobre produtos industrializados integra a base de cálculo definida neste artigo, exceto quando a operação constitua fato gerador de ambos os tributos.

Art. 5.º - A alíquota do imposto a que se refere o art. 1.º será uniforme para todas as mercadorias nas operações internas e interestaduais, bem como nas interestaduais realizadas com consumidor final.

§ 1.º - Compete ao Senado Federal, mediante resolução, fixar as alíquotas máximas para cada uma dessas operações e para as de exportação.

§ 2.º - Cabe ao Presidente da República propor ao Senado Federal, as alíquotas máximas a que se refere o parágrafo anterior, nos termos definidos pelo Conselho de Política Fazendária - CONFAZ.

§ 3.º - O limite a que se refere este artigo substituirá a alíquota fixada em lei estadual, quando esta lhe for superior.

Art. 8.º - O imposto, de competência dos Municípios, sobre serviços de qualquer natureza, tem como fato gerador a prestação dos serviços constantes da lista anexa.

§ 1.º - O imposto não incide sobre serviços prestados no exterior do País.

§ 2.º - Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos apenas ao imposto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolva fornecimento de materiais, exceto os casos nela expressamente excetuados.

§ 3.º - O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificados na lista fica sujeito apenas ao imposto sobre circulação de mercadorias.

§ 4.º - Os Municípios de cada Estado poderão firmar convênios de assistência mútua, com vistas ao aprimoramento das atividades de administração do imposto, inclusive no que se refere à instituição de documentos fiscais padronizados, relativos à prestação de serviços de âmbito intermunicipal.

Art. 9.º - A base de cálculo do imposto é o valor dos serviços, nele incluídos o valor dos materiais empregados e o dos serviços subempreitados.

§ 1.º - Na execução material de projetos de engenharia, o imposto será calculado sobre o valor do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes ao valor dos materiais empregados e ao das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

§ 2.º - Lei municipal poderá estabelecer critérios para estimativa da base, de cálculo do imposto, assegurado o pagamento de complementação ou a restituição de excesso, efetivamente apurados.

Art. 10 - Contribuinte é a pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, prestadora do serviço.

§ 1.º - Não são contribuintes os que prestam serviços sob relação de emprego os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos de sociedades.

§ 2.º - Lei municipal poderá atribuir a condição de responsável à pessoa jurídica ou firma individual usuária do serviço.

Art. 11 - As alíquotas máximas do imposto sobre serviços são as seguintes:

I - 10 por cento, para jogos e diversões públicas;

II - 2 por cento, para serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, inclusive os constantes do número 64 da lista anexa;

III - 2 por cento, para os serviços especificados no número 64 da lista anexa prestados por sociedades;

IV - 2 por cento, para execução material de projetos e obras de engenharia;

V - 1 por cento, para execução material dos serviços especificados nos números 20 e 21 da lista, e respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos;

VI - 5 por cento, para os demais serviços.

Art. 12 - Considera-se local da prestação do serviço:

I - o do estabelecimento prestador, situado no Município em que é prestado o serviço ou, inexistindo esse no referido Município, o do estabelecimento prestador, independentemente de sua localização;

II - na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador do serviço;

III - aquele onde se realizar a obra, quando se tratar de serviços de execução material de projetos e obras de engenharia".

Art. 3.º - A lista anexa ao Decreto-Lei n.º 406, de 31 de dezembro de 1968, modificada pelo Decreto-Lei n.º 834, de 8 de setembro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Serviços de:

1 - Análises clínicas e eletricidade médica e congêneres.

2 - Hospitais, clínicas, sanatórios, ambulatórios,

pronto-socorros, manicômios, casas de saúde, repouso ou recuperação, asilos, creches e congêneres.

3 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres.

4 - Hospitais e clínicas veterinárias e congêneres.

5 - Guarda, tratamento, embelezamento e amestramento de animais e congêneres.

6 - Higiene pessoal, tratamento de pele, barbearia, salões de beleza e serviços correlatos.

7 - Banhos, duchas, saunas, massagens, ginásticas e congêneres.

8 - Limpeza, manutenção, conservação, desinfecção, imunização e higienização de imóveis, depósitos, conservatórios, logradouros públicos, parques, jardins, ferrovias, portos, pontes, rios, canais, coleta e remoção de lixo e congêneres.

9 - Combate à poluição (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao imposto sobre circulação de mercadorias - ICM).

10 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza.

11 - Planejamento, coordenação, programação técnica, financeira ou administrativa.

12 - Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações de caráter utilitário, comercial ou técnico; coleta e processamento de dados de qualquer natureza, sua programação e digitação.

13 - Assistência técnica (exceto quanto estiver incluída no preço de venda de produtos ou mercadorias fornecidas pelo prestador de serviço, que fica sujeito ao ICM).

14 - Auditoria, contabilidade e congêneres.

15 - Perícias, laudos e exames técnicos, traduções e interpretações.

16 - Avaliação de bens.

17 - Datilografia, estenografia, secretaria em geral e congêneres.

18 - Projetos, cálculos, gráficos e desenhos de qualquer natureza.

19 - Aerofotogrametria, inclusive interpretação, mapeamento e topografia.

20 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM).

21 - Demolição, reparação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM).

22 - Florestamento, reflorestamento; escoramento e contenção de encostas e congêneres.

23 - Incorporações imobiliárias.

24 - Colocação de tapetes e cortinas com material

fornecido pelo usuário final do serviço.

25 - Paisagismo e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias que fica sujeito ao ICM).

26 - Raspagem, calafetação, polimento, lustração, vitrificação, pintura, revestimento de pisos e de paredes, divisórias e congêneres.

27 - Ensino, instrução, treinamento e avaliação de qualquer grau ou natureza.

28. Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços).

29. Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões e congêneres.

30. Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

31. Organização de festas, "buffet" (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICM).

32. Administração de bens ou negócios, de consórcios ou fundos mútuos e outras formas associativas assemelhadas para a aquisição de bens (salvo as incluídas na competência da União para instituir o imposto sobre operações financeiras (IOF)).

33. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros; agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos, propriedade industrial, artística ou literária, inclusive "franchise" (excetuam-se os serviços executados por instituições financeiras, sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores, regularmente autorizadas a funcionar, caracterizadas como operações financeiras sujeitas ao imposto de competência da União); agenciamento, representação, mediação, distribuição comissão, leilão e intermediação ou corretagem de qualquer natureza de bens móveis e imóveis.

34. Cobranças de qualquer natureza, inclusive as efetuadas por instituições financeiras.

35. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, inclusive em cofres e caixas-fortes (exceto depósitos em dinheiro ou em títulos efetuados em estabelecimentos bancários ou outras instituições financeiras).

36. Guarda e estacionamento de veículos.

37. Investigação, vigilância ou segurança de bens ou pessoas.

38. Transporte por qualquer via ou meio, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, no âmbito estritamente municipal.

39. Comunicação, por qualquer processo, de mensagens ou sinopses escritas, faladas ou visuais, quando os pontos de transmissão e recebimento se situarem no âmbito estritamente municipal, independentemente da natureza jurídica do serviço e do âmbito da atuação do seu prestador.

40. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto a sua impressão, reprodução ou fabricação), divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio apto a torná-los acessíveis ao público, inclusive por transmissão telefônica, radiofônica ou televisionada, e sua inserção em jornais, periódicos ou livros; relações públicas e representação de veículos de divulgação.

41. Diversões públicas, tais como:

- a) teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, "taxi-dancings" e congêneres;
- b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;
- c) exposições;
- d) bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos montados para estações de rádio e televisão;

e) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive as organizadas para estações de rádio ou de televisão;

f) execução de música, individualmente ou por conjuntos.

42. Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, inclusive em ambientes fechados.

43. Gravação de filmes, "video-tapes" e video-cartuchos para televisão, video-cassetes e video-jogos.

44. Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem, trucagem e mixagem sonora.

45. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, trucagem, copiagem e reprodução.

46. Distribuição de filmes, "video-tapes" e video-cartuchos de qualquer espécie.

47. Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).

48. Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de quaisquer objetos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).

49. Recauchutagem ou regeneração de pneus para usuário final.

50. Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, recondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.

51. Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado).

52. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por

ele fornecido.

53. Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia.

54. Cópia ou reprodução de documentos e outros papéis, plantas, gráficos ou desenhos por quaisquer processos.

55. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

56. Cessão de direitos relativo a:

- a) bilhetes de loteria, cartões, "pules" ou "coupons" de apostas, sorteios ou prêmios;
- b) jogos de qualquer espécie;
- c) marcas, patentes, tecnologia, licenças ou nomes;
- d) utilização de instalações, aparelhos, máquinas ou quaisquer outros bens móveis.

57. Locação de bens móveis; arrendamento mercantil.

58. Funerais.

59. Alfaiataria e costura, quando o material, salvo aviamento, for fornecido pelo usuário final.

60. Artesanato, quando a matéria-prima for oferecida pelo usuário final.

61. Tinturaria e lavanderia.

62. Taxidermia.

63. Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.

64. Serviços prestados por advogados, engenheiros, arquitetos, agrônomos, urbanistas, economistas, dentistas, médicos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e demais profissionais, liberais ou não, no exercício profissional.

65. Quaisquer outros serviços, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas, equipamentos ou veículos, desde que não constituam etapa de fabricação ou de acabamento de produto".

Art. 3.^o — É instituído o imposto sobre a disponibilidade do subsolo, de competência da União, com base no disposto no § 5.^o, do art. 18, da Constituição Federal.

Art. 4.^o — O imposto ora instituído tem como fato gerador a titularidade de direito de exploração mineral do subsolo, assegurado por alvará de pesquisa, decreto de lavra, manifesto de mina, ou quaisquer outras denominações que vierem a ser adotadas para atos de concessão ou autorização de exploração mineral no subsolo.

Art. 5.^o — A base de cálculo do imposto é o valor de referência vigente no dia primeiro de novembro de cada ano, por hectare ou fração de hectare de área do subsolo descrito em título de concessão ou autorização de titularidade da mesma pessoa física ou jurídica, independentemente da localização das referidas áreas.

Art. 6.^o — As alíquotas do imposto, a serem

definidas em lei, são "ad valorem", podendo diferenciar-se segundo a espécie e as características da substância mineral objeto da exploração.

Art. 7.^o — É contribuinte do imposto a pessoa física ou jurídica titular da concessão ou autorização, nos termos do art. 4.^o.

Art. 8.^o — O imposto é exigível anualmente, em recolhimento único, devendo ser pago até o último dia útil do ano.

§ 1.^o — O imposto não será devido nos dois primeiros anos da autorização de pesquisa concedida pelo órgão competente, contados daquele em que houver sido emitido o alvará de pesquisa.

§ 2.^o — A prorrogação do alvará de pesquisa e concessão de qualquer outro título autorizativo de exploração mineral dependerá da inexistência de débito do imposto. O débito tributário não liquidado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados do seu vencimento, acarretará a decretação automática de perda da lavra, no caso de existência de decreto de lavra, manifesto de mina ou título equivalente.

Art. 9.^o — É facultado ao contribuinte do imposto requerer à autoridade competente o redimensionamento das áreas concedidas ou autorizadas à exploração mineral, com o fim de adequá-las às suas reais possibilidades de exploração.

Art. 10 — Do produto da arrecadação do imposto instituído no art. 3.^o, a União distribuirá:

I — 25% (vinte e cinco por cento) aos Estados, Distrito Federal ou Territórios em que se localizarem as áreas de subsolo que houverem dado origem à receita;

II — 25% (vinte e cinco por cento) aos Municípios em cujo território se situarem as áreas de subsolo que houverem dado origem à receita.

§ 1.^o — No caso da área de subsolo cedida a pesquisa ou lavra, estender-se por mais de uma unidade político-administrativa, a participação de cada uma no produto da arrecadação será diretamente proporcional ao percentual de área cedida, contida nos respectivos limites territoriais.

§ 2.^o — As parcelas destinadas aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios serão automaticamente creditadas pela autoridade arrecadadora diretamente à conta dos entes públicos destinatários, no prazo de quinze dias contados da data da respectiva arrecadação.

Art. 11 — O imposto sobre a disponibilidade do subsolo exclui a incidência de quaisquer outros tributos sobre o fato econômico por ele tributado.

Art. 12 — Lei Federal disporá sobre as normas complementares disciplinadoras da arrecadação e fiscalização do imposto, aplicando-se-lhe, no que couber, as disposições relativas ao imposto sobre minerais do País.

Art. 13 — A transferência de propriedade de bens imóveis entre a União, os Estados, o Distrito

Federal e os Municípios, para fins de instalação de órgãos e serviços públicos ou de utilidade pública, realizar-se-á sob a forma de dação em pagamento, pelo valor de mercado do imóvel por ocasião da transferência de propriedade, sempre que existirem débitos vencidos ou vincendos da alienante.

§ 1.^o — No caso de existirem débitos vencidos ou vincendos da alienante em relação a qualquer órgão da destinatária do imóvel, o crédito decorrente da dação em pagamento compensará automaticamente tais débitos, até o valor da operação imobiliária.

§ 2.^o — A compensação a que se refere o parágrafo anterior, far-se-á automaticamente também no caso de cessão do uso ou de ocupação de bens imóveis para os fins descritos no caput deste artigo, que originará crédito mensal para a cedente em montante correspondente ao valor locativo na forma da legislação que regula a locação de imóveis.

Art. 14 — É assegurado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto em lei, participação direta nos resultados financeiros de empreendimentos públicos ou privados que venham a explorar recursos naturais não renováveis, contidos em seus respectivos territórios.

Art. 15 — As instituições financeiras, bem como seus agentes autônomos, alocarão anualmente no mínimo 30 por cento das aplicações financeiras que realizarem no Estado, Distrito Federal ou Território, e no Município em que hajam sido captados os respectivos recursos, na proporção de, pelo menos, 20 por cento no Estado e 10 por cento no Município em que se originaram.

Art. 16 — Nas operações de empréstimos contratadas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos das respectivas administrações indiretas, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público, bem como nos financiamentos por eles contratados para aquisição de maquinaria e veículos pesados a serem empregados em trabalhos rurais ou em obras de engenharia em geral, as instituições financeiras sob o controle do governo federal e os agentes autônomos que recebam repasses financeiros dessas instituições somente poderão gravar essas operações com os seguintes encargos financeiros:

I — juro não superior ao menor juro cobrado entre as diversas linhas de crédito com que opere a instituição financeira;

II — correção monetária não superior a 50 por cento do índice de variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, no exercício anterior.

Art. 17 — As empresas concessionárias dos serviços de exploração de energia elétrica indenizarão as unidades político-administrativas em que hajam sido inundadas áreas agricultáveis de dimensões superiores a 20 km², para fins de construção de usinas hidrelétricas, observadas as seguintes disposições:

II — aos Estados, Distrito Federal ou Territórios,

as sociedades de que trata este artigo pagarão mensalmente importância equivalente a 1,5 por cento do total do valor da energia elétrica mensalmente gerada e comercializada;

II — aos Municípios, 05 (meio) por cento do total do valor referido no inciso anterior.

§ 1.º — Entende-se por valor da energia elétrica o correspondente ao produto da tarifa média cobrada pelo fornecimento de energia elétrica, pelo total da energia gerada e comercializada na usina cuja construção deu causa à inundação a que se refere este artigo.

Art. 18 — Sempre que mais de uma unidade político-administrativa for afetada pelas obras de construção de usina hidrelétrica, o pagamento previsto neste artigo será rateado entre estas, proporcionalmente às áreas inundadas.

Art. 19 — As usinas hidrelétricas instaladas após a vigência desta lei complementar, iniciarão o pagamento das parcelas mensais a que se refere o art. 17, a partir do sétimo mês, contado do mês de início de seu funcionamento.

Art. 20 — Não incidirão juros e penalidades pecuniárias sobre débitos vencidos da titularidade de Municípios, referentes a contribuições para a previdência social, para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como as obrigações regidas pelas normas do Sistema Financeiro da Habitação, desde que quitados na forma deste artigo.

§ 1.º — Os débitos a que se refere este artigo serão separadamente consolidados pelos órgãos competentes, compreendendo os pagamentos a vencer-se até o dia 30 do mês subsequente ao da publicação desta lei complementar, devendo ser pagos pelos Municípios em parcelas mensais iguais, no período máximo de 30 meses consecutivos, contados do mês subsequente ao da consolidação do débito.

§ 2.º — A não-liquidação do débito, no prazo mencionado no parágrafo anterior, importa na incidência de multa e juros de mora em relação à parcela do débito consolidado não quitada no referido prazo.

§ 3.º — Após o prazo estipulado no parágrafo primeiro, os Municípios que não houverem liquidado os débitos a que se refere este artigo, não poderão contrair empréstimos no exterior, ou perante instituições financeiras estrangeiras sediadas no País.

Art. 21 — Do valor total arrecadado a título de multas por infrações às leis de trânsito, os Estados distribuirão 20 por cento aos Municípios em cujo território originou-se a respectiva receita.

Parágrafo único. A distribuição da receita de que trata este artigo será realizada até o último dia útil do mês subsequente ao da realização da receita.

Art. 22 — Os bens declarados judicialmente herança vacante, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, passarão ao domínio do Município do foro da sucessão, no caso de bens móveis e, no caso de

bens imóveis no País, do Município da situação destes.

Art. 23 — A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação específica, no que couber, às disposições desta Lei Complementar, no prazo de um ano contado da data de sua publicação.

Art. 24 — Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

Art. 25 — Revogam-se a Lei Complementar n.º 22, de 09 de dezembro de 1974, o art. 4.º do Ato Complementar n.º 36, de 13 de março de 1967, o Decreto-Lei n.º 195, de 24 de fevereiro de 1967 e demais disposições em contrário.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO TADEU FRANÇA, EM SESSÃO DO DIA 29 DE MAIO DE 1985.

**LUIZ CARLOS PRESTES -
CAVALEIRO DA ESPERANÇA**

Há em Prestes uma dignidade fundamental, incontestável. É a essência do seu caráter. Admiram-no com exaltação, odeiam-no com fúria, glorificam-no e caluniam-no. Será difícil achar quem lhe negasse respeito a austeridade imutável, maciça, que leva a afrontar serenamente duras fadigas e sacrifícios horribéis, coisas previstas e necessárias, esta avaliação do ex-líder do Partido Comunista do Brasil- Luiz Carlos Prestes- é do escritor Graciliano Ramos, que a exemplo de Jorge Amado e Pablo Neruda, manifestou em suas obras o respeito e o reconhecimento da presença de Luiz Carlos Prestes nas páginas do livro que constitui a história da vida pública brasileira.

Graciliano Ramos sintetiza tudo o que pensam os brasileiros sobre Carlos Prestes - como é mais conhecido- pois uma grande maioria pode não concordar com as suas idéias, mas apenas uma pequena minoria é que se habilitaria a negar o importante papel que representa na história política do Brasil. Cavaleiro da Esperança- como ficou conhecido na obra de Jorge Amado- Luiz Carlos Prestes é um símbolo de resistência. Fiel aos seus ideais, aos 87 anos de idade se nega a ceder aos mais diversos tipos de pressões. Nem mesmo o bárbaro assassinato de sua esposa, Olga Benário Prestes (aos sete meses de gravidez) num campo de concentração na Alemanha nazista, abalou o seu espírito de luta. Mesmo sabendo que foi o Estado Maior do Governo de Getúlio Vargas (porquanto cabendo ao presidente da República a maior parcela da responsabilidade deste hediondo crime registrado nas negras páginas de nossa história política) quem incentivou a

deportação de Olga- julgada por um Tribunal de exceção- para o campo de concentração nazista, (onde foi assassinada numa câmara de gás)- e ainda prisioneiro, Prestes não vacila em apoiar o Governo de Getúlio Vargas, quando este se vê sob pressão do movimento democrático anti-facista, na década de 40.

Mas quem é esta figura cívica tão controversa? O que pensa do quadro político atual? E o que pretende aos 87 anos de idade? Parte dessas indagações será respondida pelo próprio Luiz Carlos Prestes em entrevista a nossa reportagem. O Cavaleiro da Esperança esteve no dia 15 de maio visitando o Paraná. E na capital paranaense proferiu palestras para estudantes e populares (esta última na Assembléia Legislativa) respondendo todas as indagações a ele dirigidas. E mesmo neste momento em que o Brasil entra decisivamente no campo da democracia, onde todas as correntes ideológicas passam a ter o direito de se organizarem- saindo do ostracismo, da clandestinidade- muitas foram as lideranças políticas, com mandatos que foram delegados com a ajuda das correntes de esquerda, que se negaram a serem fotografadas ao lado do Cavaleiro da Esperança, ou até mesmo permitir a divulgação do release registrando a visita de Luiz Carlos Prestes no Legislativo Estadual. Tudo isto porque a maioria dessas lideranças é ainda fruto do regime militarista que se implantou no Brasil, onde a existência do MDB era uma espécie de "oposição tolerada para se conter as massas". O Comunismo não, pois neste regime se matam velhos e devoram criancinhas. Pelo menos era esta a tese ensinada nas escolas pela ditadura que predominou em nosso País.

Mas se por um lado existe esta imagem distorcida do regime comunista, por outro não é este regime o retrato fiel do que pregam os seus seguidores. Por ser centralista, obviamente é um regime de força, onde a liberdade também é limitada.

O próprio Luiz Carlos Prestes faz uma exaltação ao regime da Rússia e no entanto não convenceu a todos quando destaca que lá (na Rússia) qualquer operário tem o direito de discordar dos patrões. E que em cada fábrica existe um jornal onde é permitida a crítica ao sistema de governo e até as diretrizes adotadas pelos diretores dessas indústrias. Essas colocações de elevação do regime levou a um dos presentes a observar: "Se a Rússia é tão bela como pinta, porque não ficou por lá, ou ainda porque existem tantos casos de fugas daquele País?". E neste aspecto Prestes reconhece que existe uma crise que atinge a todas as nações do mundo.

NENHUM DIRIGENTE COMUNISTA DA AMÉRICA
TEVE UMA VIDA TÃO TRÁGICA E PORTENTOSA
QUANTO LUIZ CARLOS PRESTES

(Pablo Neruda)

Luiz Carlos Prestes nasceu a três de janeiro de 1898, em Porto Alegre (RS). O seu pai, Antonio Pereira Prestes era oficial do Exército que participou da mobilização para a proclamação da República. Sua mãe, Leocádia Felizardo Prestes, oriunda de uma família rica, mas que ao ficar viúva conseguiu superar as privações, trabalhando para sustentar aos seus cinco filhos. Luiz Carlos Prestes vai para o Rio de Janeiro onde conclui os seus estudos no Colégio Militar. E dado ao seu desempenho nos estudos garante uma vaga na Escola Militar de Realengo- onde se destacou como o primeiro aluno na turma de Engenheiro Militar. Volta para o Rio Grande do Sul, onde entre o período de 1920 a 1924 passa a enfrentar sérias divergências no quartel. E ainda em 1922 participa da conspiração do levante de cinco de julho (movimento do Tenentismo), mas quando eclode a rebelião fica impedido de participar face ao seu estado de saúde- foi acometido de tifo. Mas em 1924, (movimento de cinco de julho em São Paulo), na condição de comandante do Batalhão Ferroviário de Santo Angelo (RS), assume a liderança do movimento dos tenentes. Revoltando-se contra o Governo de Artur Bernardes - que com frequência declarava estado de sítio - forma a Coluna Prestes.

A Coluna Prestes tomando conhecimento de que o levante de São Paulo estava na eminência de ser sulfragado, parte do Rio Grande do Sul em direção da cidade paulista para dar reforço aos companheiros revolucionários. Prestes sai com seu grupo e se encontra com a Coluna Miguel Costa em Santa Helena (pertencente a Foz do Iguaçu, na época) é aconselhado a não prosseguir a viagem para São Paulo e com a derrota do movimento daquela cidade, e com o deslocamento daquela força para Foz do Iguaçu, as colunas se unem e preparam o levante no Rio Grande do Sul, tendo início a duros combates e demonstração de grande habilidade em manobras de guerrilhas. Mesmo sem sucesso, a Coluna Prestes passa a percorrer diferentes cidades do País. Se concentra em Catanduvas (PR) e posteriormente segue em direção a Mato Grosso, perfazendo mais de trinta mil quilômetros. Por onde passou a Coluna Prestes destruiu documentos de dívidas de empregados no setor rural para com os patrões, liberou presos políticos e desafiou a política de repressão adotada no governo de Bernardes.

Mas passada a Coluna Prestes, os

camponeses voltavam a ficar a mercê dos latifundiários - e aí o revanchismo era pior. E diante de tanta miséria Prestes chega a conclusão que não adiantava substituir somente os homens no poder, como pretendiam os tenentes. E sim mudar todo o sistema. Diante das dificuldades de entendimento com o governo, Prestes vai para Bolívia, onde fica por um período de um ano na cidade de Gaiba. Começa a se interessar pelas doutrinas marxistas. E já ingressado no PCB, vai residir na Argentina. Com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas a presidência da República, Prestes passa a fazer oposição a este candidato alertando ao povo dos seus reais objetivos (implantar uma ditadura no Brasil). Mas os tenentes revoltosos de 1924, decidem pelo apoio a Getúlio Vargas e isto leva a Prestes a romper com eles. Em 1930 Getúlio chega ao poder e no ano seguinte Prestes vai com sua família para a Rússia, onde fica até 1934, quando regressa clandestinamente para o Brasil. E no ano seguinte é eleito presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora, que com o tema Pão, Terra e Liberdade luta contra as ameaças facistas. O movimento é derrotado e em 1936 Prestes é novamente preso juntamente com a comunista alemã Olga Benário, sua esposa.

Apoia Getúlio Vargas, cujo governo estava sob pressão do nazi-facismo e em 1943 é eleito Secretário Geral do PCB, numa conferência realizada na Serra da Mantiqueira (RJ). Mas somente em 1945 conquista a sua liberdade e se candidata a senador Constituinte, pelo Rio de Janeiro e deputado federal em diversos estados do país. Eleita a Constituinte em 1945, os comunistas passam a ocupar 14 cadeiras na Câmara Federal e um senador foi o mais votado que o próprio presidente da República, com mais de 170 mil votos. Na confecção da Carta Magna do País, de 1946, a classe trabalhadora tem os seus direitos defendidos por Prestes, que insere na nova Constituinte uma série de propostas que são aprovadas. Sendo derrotada no entanto a sua principal bandeira de luta que era a reforma agrária. Com o crescimento do comunismo no Brasil, em 1947, o PCB foi posto na ilegalidade pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Em 1958 intensifica o movimento para a legalização do comunismo no Brasil, o movimento operário toma corpo, e aí em 1964 veio o golpe militar e neste regime de ditadura os comunistas são utilizados como pretextos para uma política de exceção por um grupo de militares que pretendia permanecer no poder por um período de mais de 30 anos. Assim qualquer liderança política que defendia a nossa independência econômica acusando o entreguismo que começava a se processar no país, era tachado de comunista. E até

Curitiba, quarta, em 29.05.85

mesmo adesistas da ARENA, partido governista da época sofriam cassações de seus mandatos. Comunismo, virou sinônimo de subversivo, terrorista. Até que meio o atentado ao Rio Centro, onde ficou nítida a participação de pessoas ligadas ao regime militarista. E outros tantos casos como estes ficaram abafados e o feitiço virou contra o feiticeiro, caindo os responsáveis pelo regime ditatorial implantado no Brasil, no descrédito popular.

Além disso o regime militarista, como observa o próprio Luiz Carlos Prestes, notou a falta de apoio popular com as eleições de 1974, onde de 22 senadores o MDB (o partido da oposição tolerada) fez 16 e no ano de 1978 ficou claro que o regime estava deteriorado com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, ganhando um aumento salarial de 19 por cento a mais do que o permitido pelo governo ditatorial. Além do crescimento da representatividade da oposição no Poder Legislativo de todo o Brasil.

"EU SOU UM SIMPLES SOLDADO DA REVOLUÇÃO, QUE BUSCA O BEM ESTAR DO POVO BRASILEIRO".

O PR- Como o senhor encara a situação política e econômica do Brasil?

PRESTES- "A nossa situação é muito difícil, temos uma enorme dívida externa e outra igualmente danosa que é a interna. Fomos levados a isto por um governo que se manteve no poder durante 21 anos, que fizeram e desfizeram aquilo que bem queriam em nosso país. Ou fizeram alguma coisa as avessas em nossa pátria. Temos um alto índice de analfabetismo e uma Nova República que para mim não vai mudar nada no país".

O PR-O capitalismo está em crise?

PRESTES- "Sem dúvida que sim, mas esta crise não é cíclica, ela é oriunda do próprio capitalismo. É uma crise política, econômica, moral e social. Nós tivemos na França, Alemanha, denúncias de autoridades governamentais roubando o dinheiro do povo e isto não é diferente em outras nações do mundo, o que existe é um crime de fisiologismo".

O PR- A situação tende a se agravar...

PRESTES- "Isto porque falta trabalho para a classe operária. Só na Europa existem 38 milhões de pessoas querendo trabalhar, mas estão desempregados. E os economistas entendidos no assunto, garantem que a Europa capitalista e os Estados Unidos até o final do século terão mais de sessenta milhões de trabalhadores desempregados, e isto se deve a crise do capitalismo".

O PR- O que vem colaborando para esta situação?

PRESTES - "Além da crise moral, o

Quarta, quarta, em 29.03.83

avanzo tecnologico. Pois um governo criminoso como é dos Estados Unidos, que só pensa em guerra, não investe no bem estar social. Agora está investindo verdadeiras fortunas para em breve termos a chamada Guerra nas Estrelas. Pois o Senhor Reagan divide o mundo em duas partes, a maldade do socialismo e a força do capitalismo. E este crime do presidente Ronald Reagan reflete inclusive em nosso País"

"O SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL É UMA AGRESSÃO AO TRABALHADOR".

O PR- Qual a perspectiva da classe trabalhadora no Brasil com a tão propalada Nova República?

PRESTES- "Nenhuma, a medida em que o nosso presidente da República admite que o salário mínimo deveria ser superior a oitocentos mil cruzeiros e concede o humilhante, a miséria de trezentos mil cruzeiros. O salário mínimo foi instituído em 1940 e existe uma defasagem em que corrigida daria ao trabalhador um salário de pelo menos novecentos mil cruzeiros. Agora o governo da Nova República acha que um pai de família pode viver com trezentos mil cruzeiros simplesmente porque os patrões não podem pagar esta quantia. Então que entrassem no entendimento e dessem a esta classe, pelos menos quinhentos mil cruzeiros".

O PR- Existe então a herança da velha República...

PRESTES - Esta é a triste realidade brasileira, eu diria que não existe somente a crise do capitalismo no Brasil, mas também do raciocínio adotado pelos generais que comandaram o golpe de 1964. Esses comandantes que conquistaram o poder queriam fazer do Brasil uma grande potência e aí construíram a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, Itaipu. E o que adianta uma Nação ser grande quando o seu povo passa fome. Eu entendo como patriotismo o trabalho desenvolvido de modo que haja justiça social, onde o povo de um país tenha melhores condições de vida. A rodovia Transamazônica o ministro Roberto Campos já dizia naquela época, que era uma estrada feita para transportar nada, pois não há nada para ser transportado a não ser a madeira que vem sendo explorada de forma criminosa".

O PR- No exterior também temos esta imagem...

PRESTES - "Quando estive na Itália um jornalista mostrou-me uma foto, em que ele (o jornalista) ao percorrer a estrada Transamazônica, nos trechos em que conseguiu burlar a vigilância do Exército, em que aparecia puxando o carro. Ou seja ao invés dele ser transportado ele que tinha que puxar o veículo".

"GEISEL MENTIU PARA O POVO BRASILEIRO"

O PR- E o acordo nuclear do Brasil e a Alemanha ?

PRESTES - "O ex-presidente Ernesto Geisel mentiu para o povo dizendo que o objetivo era construir usinas com finalidades pacíficas. E hoje nós sabemos perfeitamente que como a Alemanha estava impedida de construir a bomba nuclear. então forçou este acordo com o Brasil. O Geisel dizia que teríamos uma crise com a carência de energia, e por isso a importância do acordo. Pura mentira porque somente no rio Amazonas podemos construir quantas usinas quisermos, e esta mentira era para justificar a geração de energia atômica para atender aos interesses da Alemanha. E aí, mais uma vez cometeram um crime para com o povo brasileiro. Construíram esses reatores atômicos em Angra dos Reis, uma cidade que fica entre o Rio e São Paulo que são as mais populosas do país. Todos nós sabemos perfeitamente que os reatores atômicos podem sofrer defeitos e neste caso nem sempre há tempo para evacuar toda esta população das duas cidades."

O PR - Mas o acordo com a Alemanha vai mais longe?

PRESTES - "Claro, do urânio se alcança a produção do plutônio que é utilizado para a fabricação das bombas atômicas. E como a Alemanha não pode fabricar essas bombas lá decidiram fazê-las em nosso país. E dado a "responsabilidade" de governantes como este é que o nosso país está com uma dívida de mais de 120 bilhões de dólares".

O PR - E o FMI continuamos explorando nesta dívida...

PRESTES - "o governo tenta negociar com o FMI que impõe condições políticas que permitam aos credores continuar mandando no Brasil. Senão vejamos: primeiro impõem a desvalorização da nossa moeda, e nós sabemos perfeitamente como o cruzeiro está sendo desvalorizado; segundo exige a redução do salário dos trabalhadores. E veja que até mesmo no Paraguai os trabalhadores ganham salários superiores ao do Brasil e em terceiro lugar exigem a redução dos orçamentos do Estado que vai acarretar o desemprego".
"A CLASSE OPERÁRIA SOFRE PRESSÕES COM INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO, NO BRASIL"

O PR - E a responsabilidade é de quem?

PRESTES - "Tudo indica que a responsabilidade é dos governantes que se sucederam no Poder, promovendo torturas, seqüestros e crimes de outra natureza. Como ocorreu com dez membros do Partido Comunista que foram seqüestrados e nunca mais ninguém teve notícias, nem mesmo dos cadáveres"...

O PR - A classe operária então vai continuar na mesma?

PRESTES - "A classe operária no Brasil sofre pressões com a intervenção diretas

dos Estados, ela está desorganizada. Os Sindicatos dos metalúrgicos em São Paulo são constituídos por quatrocentos mil operários e na última eleição somente 48 mil tiveram direito a voto. No Rio de Janeiro temos 180 mil metalúrgicos e apenas 11 mil puderam votar. Então é preciso que se organizem para conquistar uma posição mais digna em nossa sociedade. Pois não é justo que os alugueis da casa aumentem em mais de 60 por cento em relação ao salário real do trabalhador".

O PR - Esta intervenção dos Estados faz parte do esquema de monopólio das grandes organizações do mundo?

PRESTES - "Já no governo de Juscelino Kubitschek compreendemos que os monopólios estavam influenciando nas decisões dos Estados em detrimento da classe trabalhadora. Este monopólio impediu que esta classe se organizasse. Muitos dólares foram juntados para intervir na administração do país. E assim esses grupos internacionais buscaram apoio junto aos generais que por sua vez passaram a conspirar. E o sistema sócio-econômico mudou em 1964, passando os Estados a serviço dos monopólios. E uma das primeiras medidas do governo Castelo Branco foi a permissão da remessa de lucros, das empresas instaladas no Brasil, para o exterior".

"O NOVO GOVERNO APRESENTA A MESMA SOLUÇÃO DE DELFIM"

O PR - E este monopólio é que contribui para a inflação...

PRESTES - "Exatamente, pois não são os salários que contribuem para a elevação dos índices da inflação, mas sim a "exportação" dos nossos lucros que deveriam ser aplicados no bem estar social do povo brasileiro".

O PR - Então a política do "milagre brasileiro" continua?

PRESTES: "O novo governo apresenta a mesma solução por diversas vezes apontada pelo ex-ministro Delfim Netto. Reduz-se os salários e abandonam-se as propostas que beneficiaram a classe trabalhadora em favor do capital estrangeiro. O milagre brasileiro ocorreu quando o Brasil teve um crescimento de dez por cento ao ano. Mas este milagre era em benefício dos monopólios e as custas do nosso povo".

O PR - De qualquer forma houve um avanço promovido pela sociedade civil dentro deste regime de força que se implantou no país?

PRESTES - "Nós tivemos a manifestação de peso da opinião pública em 1974 quando dos 22 candidatos a senador o MDB elegeu 16, o povo votou contra o regime. Aí em 1977, quando Geisel fazia o pacote de abril criando a figura dos senadores biônicos, dando um golpe no MDB e no próprio povo, inicia-se o movimento estudantil. Este movimento estudantil foi

um desafio ao regime pois não era permitido, pelo Decreto 477, aos estudantes participar de qualquer manifestação pública. Nesta manifestação um estudante foi morto e Geisel percebeu que se continuassem naquela linha de repressão as coisas seriam piores. E logo, no ano seguinte, os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve, o governo interveio nos Sindicatos e mesmo assim a Lei que determinava que os patrões não poderiam dar aumento salarial acima da taxa fixada pelo governo, foi derrubada. Os metalúrgicos conquistaram 63 por cento de aumento, 29 por cento a mais que o permitido pelo governo. E Geisel percebeu que deveria fazer algumas concessões".

"VÃO-SE OS ANÉIS
MAS FICAM OS DEDOS"

O PR - Ninguém faz concessões sem esperar retorno...

PRESTES - "Geisel entendeu que deveria fazer algumas concessões baseado no ditado de que "vão-se os anéis mas ficam os dedos". Pois quando um poder que está forte faz algumas concessões é porque tem algo de muito importante para perder. E a seguir veio a revisão do AI-5, o mais reacionário de todos os instrumentos utilizados no governo que se implantou no Brasil em 1964. O AI-5 promoveu cassações de mandatos, como aconteceu com o deputado José Alencar Furtado aqui no Paraná - Observa Prestes - e com a revisão do AI-5 a cassação de mandatos não poderia ser somente com a assinatura de Geisel. Os juizes passaram a ter o direito de conceder habeas corpus e já não poderiam ser transferidos. E dentro deste processo chegamos a campanha pela "anistia política".

O PR - A anistia foi conquistada no governo Figueiredo?

PRESTES - "O presidente João Figueiredo por diversas vezes, durante a sua campanha, declarou que não daria a anistia política. O máximo que poderia fazer era analisar alguns casos. Mas ao tomar posse, em seis meses de governo, veio aquela onda de greves, mais de dois milhões de trabalhadores - inclusive funcionários públicos - paralisaram suas atividades profissionais. E a anistia veio, não como desejávamos, ampla e irrestrita, mas veio, e de qualquer modo uma anistia. E tanto é assim que estou falando aqui hoje sobre as questões políticas do país".

O PR - E em 1982 tivemos eleições para governadores de Estado e uma nova derrota para o regime?

PRESTES - "Os movimentos de massa foram acumulados e com as eleições para governadores em 1982 os generais entenderam que eram impopulares, e aí na sucessão presidencial foram buscar

Tancredo Neves como sendo o único político capaz de concretizar o plano de permanecerem organizações e mandando no governo. Tancredo era de confiança e ainda da oposição. Portanto a figura ideal para contar com o apoio de todos os partidos e unir as alas diferentes que envolvem as Forças Armadas. Tanto é que fizeram José Sarney renunciar a presidência do PDS e ingressar no PMDB".

"A DEMOCRACIA NO BRASIL
SEMPRE FOI PARA A ELITE"

O PR - O militarismo continua dando as cartas...

PRESTES - "O Ministro do Exército do governo anterior tem toda a razão ao declarar que com a Nova República, a Revolução de 64 não acaba, ela se eterniza. Claro que é uma pretensão dele, mas o fato é que já existem quatro exércitos organizados e foram liberados 685 bilhões de cruzeiros para a criação do quinto Exército no Amazonas. E para este novo Exército foi designado o Otávio Medeiros, ex-chefe do SNI. E junto com Medeiros é claro que irão mais quatro ou cinco generais. E com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, vimos diversos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro estampar manchetes e dedicar editoriais revelando que conquistamos a democracia. Pura mentira, pois a democracia no Brasil sempre foi voltada para uma elite. Aqui mesmo em Curitiba teve um congresso de trabalhadores sem terra, onde esta classe de trabalhadores revelou que cerca de 267 líderes de movimentos pró-reforma agrária foram assinados ou simplesmente desapareceram. E nós sabemos que 37 dirigentes sindicais foram assassinados na luta contra os usineiros no Nordeste. Então é esta a realidade brasileira".

O PR - A Igreja também é uma instituição organizada e pode influenciar na opinião do povo...

PRESTES - "Em suas comunidades de bases o papel da Igreja é importante porque provoca os debates das idéias. Mas nós não devemos esquecer que a Igreja colaborou com o golpe de 1964, ela durante aquele período foi o nosso maior inimigo. A Igreja mobilizou em São Paulo um milhão de pessoas com a bandeira que tínhamos

sido vítimas de um engodo, a Igreja voltou-se para os interesses dos trabalhadores, mesmo porque corria o risco de caminhar sozinha, pois o povo sempre foi contra os regimes de ditaduras".

"NO BRASIL NÃO EXISTE MAIS
PARTIDOS REVOLUCIONÁRIOS

O PC TRAIU OS TRABALHADORES"

O PR - E qual é a sua pretensão política no momento?

PRESTES - "No Brasil não tem mais partidos revolucionários. O Partido Comunista traiu a classe operária, aliás os três partidos de esquerda apoiaram a candidatura de José Sarney na chapa de Tancredo Neves a presidência da República. E considerando que agora essas correntes políticas consideram qualquer movimento de luta a favor de melhores condições de vida para a classe trabalhadora como um golpe na Nova República, então o nosso país não tem oposição. E levando em conta que as declarações de Roberto Freire que o negócio é apoiar o governo faça ele o que quiser, então não vou para partido nenhum. Fico como estou sem partido".

O PR - Mas se for criado este partido revolucionário?

PRESTES - "Se houvesse condições de surgir um partido com este compromisso ele já estaria existindo. E eu se tivesse que me aproximar de algum partido, este seria o Partido Comunista".

O PR - O senhor parece um pouco pessimista?

PRESTES - "Eu não sou pessimista, pelo contrário, acho que o povo vai lutar para não passar fome. E essas greves são os primeiros passos de novos movimentos que inevitavelmente acontecerão no Brasil. Daqui para frente a classe operária terá uma visão mais nítida da realidade brasileira. Hoje criar o PC seria o mesmo que organizar um Comitê Central de Ignorantes. E de ignorantes bastam os que estão nos partidos que aí existem".

O PR - E a convocação da Assembléia Nacional Constituinte?

PRESTES - "Esta proposta que está sendo apontada nós não devemos esperar muita coisa. Se não promovermos uma limpeza do entulho deixado pela ditadura esta Constituinte não será livre nem soberana coisa nenhuma".